



CORECON-RJ  
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



**CORECON-RJ**

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

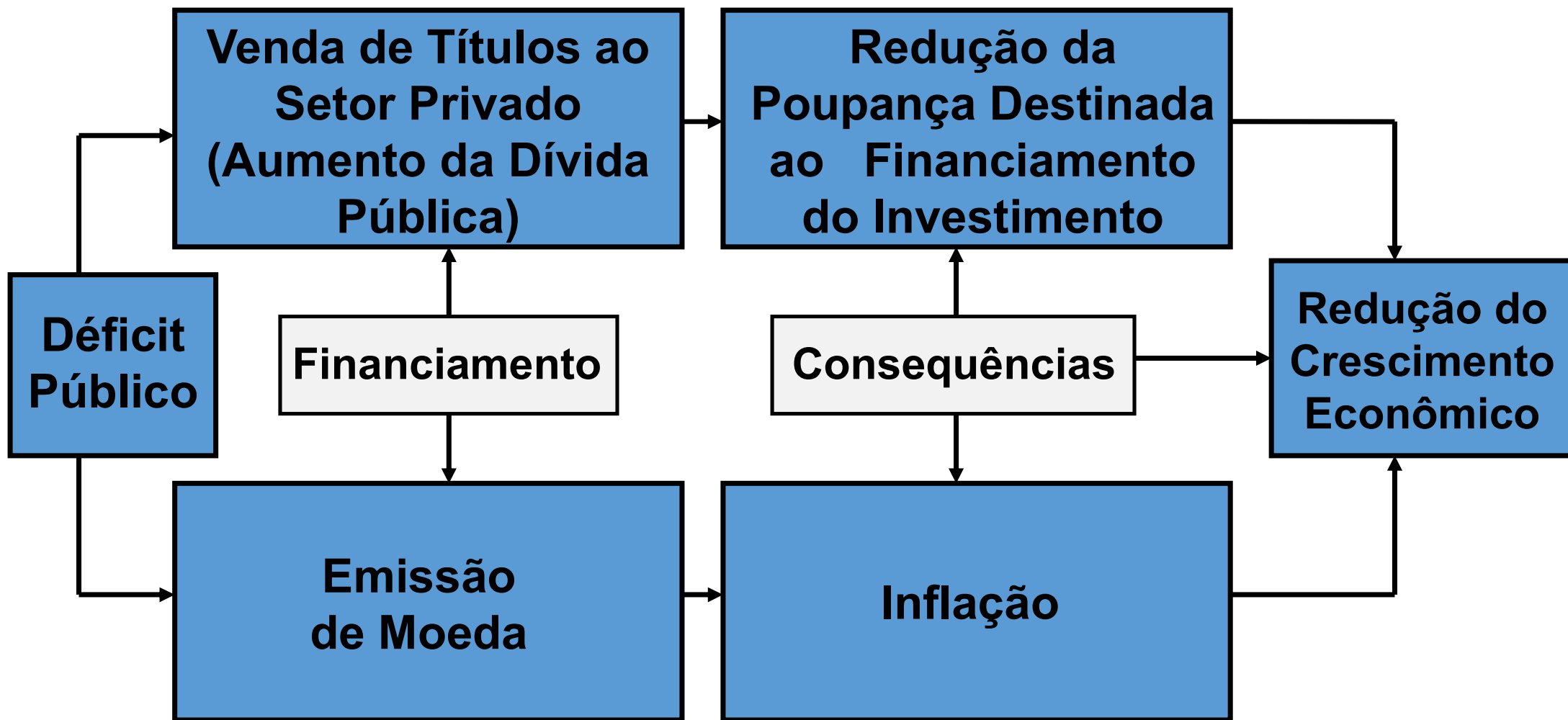
**Finanças Públicas  
CNU - 2024  
Parte III**

**Déficit Público, Dívida Pública e Contas Públicas no Brasil**

*Prof. Antonio Carlos Assumpção  
Doutor em Economia – UFF  
Site : [acjassumpcao.com](http://acjassumpcao.com)*



- **Quais as origens e consequências do elevado endividamento do governo?**
- A elevada dívida governamental desloca a poupança privada para o setor público (empréstimos), elevando a taxa de juros (escassez de fundos emprestáveis) e reduzindo a taxa de investimento, transformando-se em um entrave ao crescimento econômico.
  - **O Risco é um componente da taxa de juros → a maior possibilidade de *default* aumenta a taxa de juros.**
  - Fundamentalmente, são três os componentes básicos da taxa de juros: i) **custo de oportunidade**; ii) **risco do negócio da firma** e iii) **liquidez**.





- **Como o governo pode financiar seus déficits?**
  - a) Pode tomar emprestado, emitindo títulos (endividamento).
  - b) Pode emitir moeda → o Tesouro emite títulos e a Autoridade Monetária (Bacen) os compra, pagando em moeda para o Tesouro.
    - Monetização da dívida → Hiperinflação.
    - Em geral, existem regras que vedam esse comportamento.



- Taxas de **inflação elevadas** e voláteis geram distorções que levam ao aumento dos riscos e impactam negativamente os investimentos.
  - Encurtamento dos horizontes de planejamento das famílias, empresas e governos e deterioração da confiança de empresários.
  - Custos de “sola de sapato” e custos de menu.
  - Dispersão ineficiente de preços e diminuem o valor informacional que os mesmos têm para a eficiente alocação de recursos na economia.
  - Redução do poder de compra de salários e de transferências, com repercussões negativas sobre a confiança e o consumo das famílias e efeitos redistributivos de caráter regressivo.



- **Elevada Inflação** → Em todos os países (em estado de normalidade) esteve associada à alta taxa de crescimento da oferta monetária.
- Quais as razões do descontrole monetário?
  - **Déficit orçamentário elevado** → O governo não consegue financiar seus gastos se endividando.
    - Isso pode ocorrer por diversas razões.
- Podemos ter um problema conhecido como **Dominância Fiscal.** →



- **Foge ao escopo deste curso, mas vale à pena citar a “Aritmética Monetarista Desagradável”.**
- Segundo Sargent e Wallace (1981), o financiamento dos déficits fiscais de “forma ortodoxa”, ou seja, via endividamento, pode ser mais inflacionista do que no caso do financiamento via emissão monetária (senhoriagem). Tais autores se referiram a isso como a “aritmética monetarista desagradável”.

\*Sargent, T. e Wallace, N. (1981). *“Some Unpleasant Monetarist Arithmetic”*. Quarterly Review. Federal Reserve Bank of Minneapolis. Fall, 1981.



- **Mas qual o argumento de Sargent e Wallace?**
- Um déficit primário financiado via emissão monetária não aumenta a dívida nem o pagamento de juros futuros (claro, possui efeitos sobre a inflação).
- Se esse déficit fosse financiado com endividamento, de forma sistemática, não somente a dívida estaria aumentando como também as despesas com juros, exigindo assim novas emissões de dívidas ao longo do tempo.
- Logo, em algum momento, esse procedimento se tornará insustentável, exigindo o financiamento via senhoriagem, considerando agora um déficit e uma dívida maiores.





- **Conclusão:**
- Se os agentes econômicos percebem que esse comportamento da política fiscal é insustentável, ou seja, sabem que, em algum momento, o financiamento será inflacionista, teremos uma expectativa de inflação mais alta, que pode se traduzir em uma inflação corrente mais alta.
- Muitas vezes utilizamos o termo “**Dominância fiscal**” para descrever a situação em que o governo não consegue gerar receita, por meio de tributos, suficientes para financiar seus gastos. Nesse caso, em algum momento, se fará necessário o financiamento das despesas públicas via senhoriagem.



# Poupança Pública x Déficit Público

- **Carga Tributária Bruta (T)**
  - Total dos impostos arrecadados no país.
- **Carga Tributária Líquida ( $T_L$ )**
  - Carga tributária bruta menos as transferências governamentais (juros da dívida pública, subsídios, gastos com assistência e previdência social...).
- **Poupança do Governo em Conta Corrente ( $S_g$ )**
  - Carga tributária líquida menos o consumo do governo.



# Poupança Pública x Déficit Público

- **Déficit Público** →  $Déf = I^g - S^g$
- Logo, o déficit público nominal, ou necessidades de financiamento do setor público (NFSP), é dado pela diferença entre o investimento governamental e a poupança governamental.
- Note que, déficit público e despoupança do governo são conceitos diferentes e a diferença entre eles é o valor do investimento governamental.



# Poupança Pública x Déficit Público

- **Dívida Pública → Governo se Financiando com Dívida**

$$D_t^g = D_{t-1}^g + iD_{t-1}^g + G_t + Tr_t + I_t^g - T_t$$

- O estoque da dívida pública no período t é igual a dívida do período anterior mais os gastos correntes do governo (consumo (G) , transferências (Tr) e investimento governamental) mais o pagamento de juros sobre o estoque da dívida no período anterior, menos a carga tributária.
  - Observe que estamos tratando separadamente as despesas financeiras: pagamentos de juros.



# Poupança Pública x Déficit Público

$$D_t^g - D_{t-1}^g = (G_t + Tr_t - T_t + I_t^g) + iD_{t-1}^g \rightarrow \text{Déficit Nominal}$$

- O déficit nominal representa a diferença entre o fluxo agregado de despesas totais e de receitas totais do setor público **não financeiro**, num determinado período (**Varição da DLSP**).
  - Essa diferença corresponde à necessidade de financiamento do setor público (NFSP).
  - Durante muito tempo foi o principal conceito de endividamento acompanhado no Brasil (DLSP).



# Poupança Pública x Déficit Público

- O conceito de DLSP abarca o governo federal (União, INSS e BC), os governos regionais e as empresas estatais não dependentes, não financeiras → **exclusive Petrobras e Grupo Eletrobras, que saíram dessas estatísticas em 2009.**
- **Logo → A DLSP** consolida o endividamento líquido do setor público não financeiro junto ao sistema financeiro (público e privado), setor privado não financeiro e resto do mundo.
  - Quando estivermos nos referindo ao endividamento do setor público, via de regra, estaremos considerando a DLSP.



# Poupança Pública x Déficit Público

$$(G_t + Tr_t - T_t + I_t^g) \rightarrow \text{Déficit Primário}$$

- Considera apenas as despesas e receitas não financeiras. Dito de outro modo, o déficit primário é o déficit nominal quando desconsideramos as despesas financeiras.
  - Conceito importante para o controle do endividamento.
  - Dada a despesa com juros, qual deve ser o superávit primário para evitar um crescimento da dívida governamental?



# A Importância do Resultado Primário

- Um elevado endividamento faz com que a despesa com juros incidente sobre a dívida pública seja elevada. Nesse caso, para evitar déficits nominais elevados, que façam com que a dívida pública cresça rapidamente, se faz necessária a geração de superávits primários.





# A Importância do Resultado Primário

- **Exemplo:**  $D_t^g - D_{t-1}^g = (G_t + Tr_t - T_t + I_t^g) + iD_{t-1}^g$ 
  - Caso a despesa com juros seja igual a \$100 e o resultado primário seja igual a zero, teremos um déficit nominal de \$100, com a dívida pública aumentando em \$100 entre os períodos t-1 e t.
  - Caso o governo deseje manter a dívida constante, ele terá que gerar um superávit primário no valor de \$100. Nesse caso, o déficit nominal será igual a zero e a dívida pública se manterá constante.



# Observações

- Houve redução do grau de endividamento (razão dívida/PIB) em boa parte dos países da OCDE a partir de meados da década de 1990 (até 2003). 4 e 7% do PIB (Grécia, Canadá e Bélgica...)
- A redução só foi possível devido a geração de elevados superávits primários.
- A partir de 2003 a situação se inverteu em diversos países da OCDE, gerando um grave problema fiscal, principalmente a partir da recessão ocasionada pela crise do *subprime*.



# Déficit Calculado Pelo Critério de Caixa ou Competência?

- No início de 1995 o governo adiou o pagamento de 70% do salário do funcionalismo para o mês seguinte. A imprensa noticiou como um evento que melhoraria o resultado de caixa sem alterar o déficit calculado pelo critério de competência.
- **No Brasil as NFSP são apuradas pelo conceito de caixa, exceto as despesas com juros, apuradas pelo conceito de competência.**
  - No caso das despesas com juros, o critério de competência é consistente com a apuração da Dívida do Setor Público junto ao sistema financeiro e evita que, caso o governo emita títulos de prazo mais longo, com pagamentos concentrados no tempo, o déficit seja artificialmente baixo durante algum tempo e depois “estoure” no momento do vencimento.
  - **OBS.** o IBGE utiliza o conceito de competência nas CN para todas as despesas.



# Dívida Bruta x Dívida Líquida – DBGG x DLSP

- **Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)** → Indicador fiscal muito utilizado para efeitos de comparação internacional.
  - Abrange o total das dívidas de responsabilidade dos **governos federal, estaduais e municipais (incluindo administração direta e indireta e INSS)** junto ao setor privado, ao setor público financeiro, ao Banco Central e ao resto do mundo.
  - A DBGG considera, além dos títulos do financiamento mobiliário do Tesouro Nacional, as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central, abrangendo assim, toda a dívida mobiliária federal em mercado.
  - Diferença entre esse indicador calculado pelo FMI e pelo Bacen → Nossa **autoridade monetária considera como dívida somente os títulos que o BC vendeu ao mercado** em operações compromissadas. Já no caso do FMI, **todos os títulos emitidos pelo TN de posse do BC são considerados dívida.**



# Dívida Bruta x Dívida Líquida

- A diferença entre os dois conceitos (Dívida Bruta e Líquida) é dada pelos **Créditos do Governo Geral**, o saldo dos Títulos livres na Carteira do BCB e o saldo de equalização cambial (resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais).
  - Os **Créditos do Governo Geral** incluem diversos ativos.
    - **Ativos líquidos:** depósitos bancários da Previdência Social, impostos governamentais coletados e não transferidos em todos os níveis de governo e depósitos como os do Tesouro Nacional no BCB.
    - **Ativos com menor grau de liquidez:** créditos externos do governo federal, créditos junto às empresas estatais, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e outros créditos governamentais.



# Dívida Bruta x Dívida Líquida

- A prevalência do conceito de DLSP começou a mudar quando, no final do governo Lula 2 e ao longo do governo Dilma 1, passaram a ser sistemáticos alguns artifícios de “engenharia fiscal”.
  - Notoriamente a emissão de títulos públicos pelo Tesouro Nacional para capitalizar o BNDES e outros bancos públicos e pagamento de despesas via bancos públicos.
  - Essas operações geravam aumento da dívida bruta, mas tinham impacto nulo sobre a dívida líquida, ao menos em um primeiro momento.



# Estruturando os Conceitos (Adicional)

- Valores em R\$ milhões

$$5.658.056 \quad 5.691.882 \quad -88.719 \quad 54.893$$
$$\text{DLSP} = \text{DLGG} + \text{DLBC} + \text{DLEE}$$

$$\text{DBGG} + \text{Créditos do GG} + \text{Tít. Livres na Cart. do Bacen} + \text{Equaliz. Cambial}^*$$

7.224.882

$$\text{DBGG} = \text{Dívida Interna} + \text{Dívida Externa}$$

6.320.025

904.857

\*Resultado com reservas internacionais e derivativos cambiais



Discriminação	2022		2023					
	Dezembro		Junho		Julho		Agosto	
	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB	Saldos	% PIB
<b>Dívida Líquida do Setor Público (A= B+K+L)</b>	<b>5 658 017</b>	<b>57.1</b>	<b>6 096 513</b>	<b>59.0</b>	<b>6 186 177</b>	<b>59.5</b>	<b>6 256 139</b>	<b>59.9</b>
<b>Dívida Líquida do Governo Geral (B=C+F+I+J)</b>	<b>5 691 840</b>	<b>57.4</b>	<b>5 992 872</b>	<b>58.0</b>	<b>6 067 063</b>	<b>58.4</b>	<b>6 163 293</b>	<b>59.0</b>
<b>Dívida Bruta do Governo Geral<sup>2/</sup>(C=D+E)</b>	<b>7 224 882</b>	<b>72.9</b>	<b>7 594 037</b>	<b>73.5</b>	<b>7 685 543</b>	<b>74.0</b>	<b>7 771 631</b>	<b>74.4</b>
<b>Dívida interna (D)</b>	<b>6 320 025</b>	<b>63.7</b>	<b>6 687 535</b>	<b>64.7</b>	<b>6 799 993</b>	<b>65.4</b>	<b>6 860 261</b>	<b>65.6</b>
Dívida mobiliária em mercado <sup>3/</sup>	5 154 003	52.0	5 381 585	52.1	5 344 117	51.4	5 444 658	52.1
Dívida mobiliária do Tesouro Nacional <sup>4/</sup>	5 194 823	52.4	5 418 454	52.4	5 388 863	51.9	5 490 731	52.5
Títulos sob custódia do FGE <sup>5/</sup>	- 1 493	-0.0	0	0	0	0	0	0
Dívidas securitizadas e TDA	3 639	0.0	3 346	0.0	3 442	0.0	4 040	0.0
Aplic. de entidades da adm. federal <sup>6/</sup>	- 42 967	-0.4	- 40 214	-0.4	- 48 188	-0.5	- 50 113	-0.5
Aplicações dos governos subnacionais	0	0	0	0	0	0	0	0
Operações compromissadas do Bacen <sup>7/</sup>	919 583	9.3	1 058 196	10.2	1 207 351	11.6	1 164 347	11.1
Dívida bancária do Governo Federal	19 467	0.2	20 566	0.2	19 101	0.2	19 392	0.2
Dívida assumida pela União Lei nº 8.727	0	0.0	0	0.0	0	0.0	0	0
Dívida bancária governos estaduais	174 270	1.8	171 270	1.7	172 347	1.7	173 844	1.7
Dívida bancária governos municipais	52 702	0.5	55 918	0.5	57 077	0.5	58 019	0.6
<b>Dívida externa (E)</b>	<b>904 857</b>	<b>9.1</b>	<b>906 501</b>	<b>8.8</b>	<b>885 550</b>	<b>8.5</b>	<b>911 370</b>	<b>8.7</b>
Governo federal	749 588	7.6	766 371	7.4	748 267	7.2	769 386	7.4
Títulos de div. negociados no mercado doméstico <sup>8/</sup>	500 544	5.0	535 649	5.2	520 987	5.0	533 180	5.1
Demais	249 044	2.5	230 721	2.2	227 279	2.2	236 207	2.3
Governos estaduais	133 654	1.3	119 231	1.2	116 588	1.1	120 450	1.2
Governos municipais	21 616	0.2	20 900	0.2	20 696	0.2	21 534	0.2





<b>Créditos do Governo Geral (F=G+H)</b>	<b>-2 768 922</b>	<b>-27.9</b>	<b>-2 795 902</b>	<b>-27.1</b>	<b>-2 659 429</b>	<b>-25.6</b>	<b>-2 700 279</b>	<b>-25.8</b>
<b>Créditos internos (G)</b>	<b>-2 768 707</b>	<b>-27.9</b>	<b>-2 795 682</b>	<b>-27.0</b>	<b>-2 659 206</b>	<b>-25.6</b>	<b>-2 700 067</b>	<b>-25.8</b>
Disponibilidades do Governo Geral	-2 041 481	-20.6	-2 046 381	-19.8	-1 916 552	-18.4	-1 948 182	-18.6
Aplic.da Previdência Social	- 71	-0.0	- 237	-0.0	- 257	-0.0	- 232	-0.0
Arrecadação a recolher	- 3 465	-0.0	- 30 696	-0.3	- 54 352	-0.5	- 32 327	-0.3
Depósitos à vista (inclui ag.descentral.)	- 41 029	-0.4	- 44 263	-0.4	- 42 302	-0.4	- 44 211	-0.4
Disponibilidades do Governo Federal no Bacen	-1 830 670	-18.5	-1 785 917	-17.3	-1 632 096	-15.7	-1 683 663	-16.1
Aplicações na rede bancária (estadual)	- 166 245	-1.7	- 185 269	-1.8	- 187 544	-1.8	- 187 749	-1.8
Créditos concedidos a Inst. Financ. Oficiais	- 70 696	-0.7	- 67 771	-0.7	- 67 844	-0.7	- 68 419	-0.7
Instrumentos híbridos de capital e dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
Créditos junto ao BNDES	- 70 696	-0.7	- 67 771	-0.7	- 67 844	-0.7	- 68 419	-0.7
Aplicações em fundos e programas	- 279 087	-2.8	- 286 741	-2.8	- 285 254	-2.7	- 287 124	-2.7
Créditos junto às estatais	- 3 834	-0.0	- 3 258	-0.0	- 3 242	-0.0	- 3 312	-0.0
Demais créditos do Governo Federal	- 726	-0.0	- 1 619	-0.0	- 2 248	-0.0	- 5 089	-0.0
Recursos do FAT na rede bancária	- 372 883	-3.8	- 389 914	-3.8	- 384 067	-3.7	- 387 941	-3.7
<b>Créditos externos (H)</b>	<b>-215</b>	<b>-0.0</b>	<b>-219</b>	<b>-0.0</b>	<b>-222</b>	<b>-0.0</b>	<b>-212</b>	<b>-0.0</b>
Governo federal	-215	-0.0	-219	-0.0	-222	-0.0	-212	-0.0
Governos estaduais	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos municipais	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Titulos livres na carteira do Bacen<sup>9f</sup> (I)</b>	<b>1 235 880</b>	<b>12.5</b>	<b>1 194 737</b>	<b>11.6</b>	<b>1 040 949</b>	<b>10.0</b>	<b>1 091 941</b>	<b>10.4</b>
<b>Equalização Cambial<sup>10f</sup> (J)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Dívida líquida do Banco Central (K)</b>	<b>-88 719</b>	<b>-0.9</b>	<b>41 167</b>	<b>0.4</b>	<b>58 392</b>	<b>0.6</b>	<b>32 054</b>	<b>0.3</b>
Memo: Depósitos voluntários remunerados	81 983	0.8	111 493	1.1	96 600	0.9	107 481	1.0
<b>Dívida líquida das empresas estatais<sup>11f</sup> (L)</b>	<b>54 896</b>	<b>0.6</b>	<b>62 474</b>	<b>0.6</b>	<b>60 722</b>	<b>0.6</b>	<b>60 791</b>	<b>0.6</b>
<b>PIB<sup>12f</sup></b>	<b>9 915 316</b>		<b>10 335 458</b>		<b>10 392 131</b>		<b>10 450 999</b>	

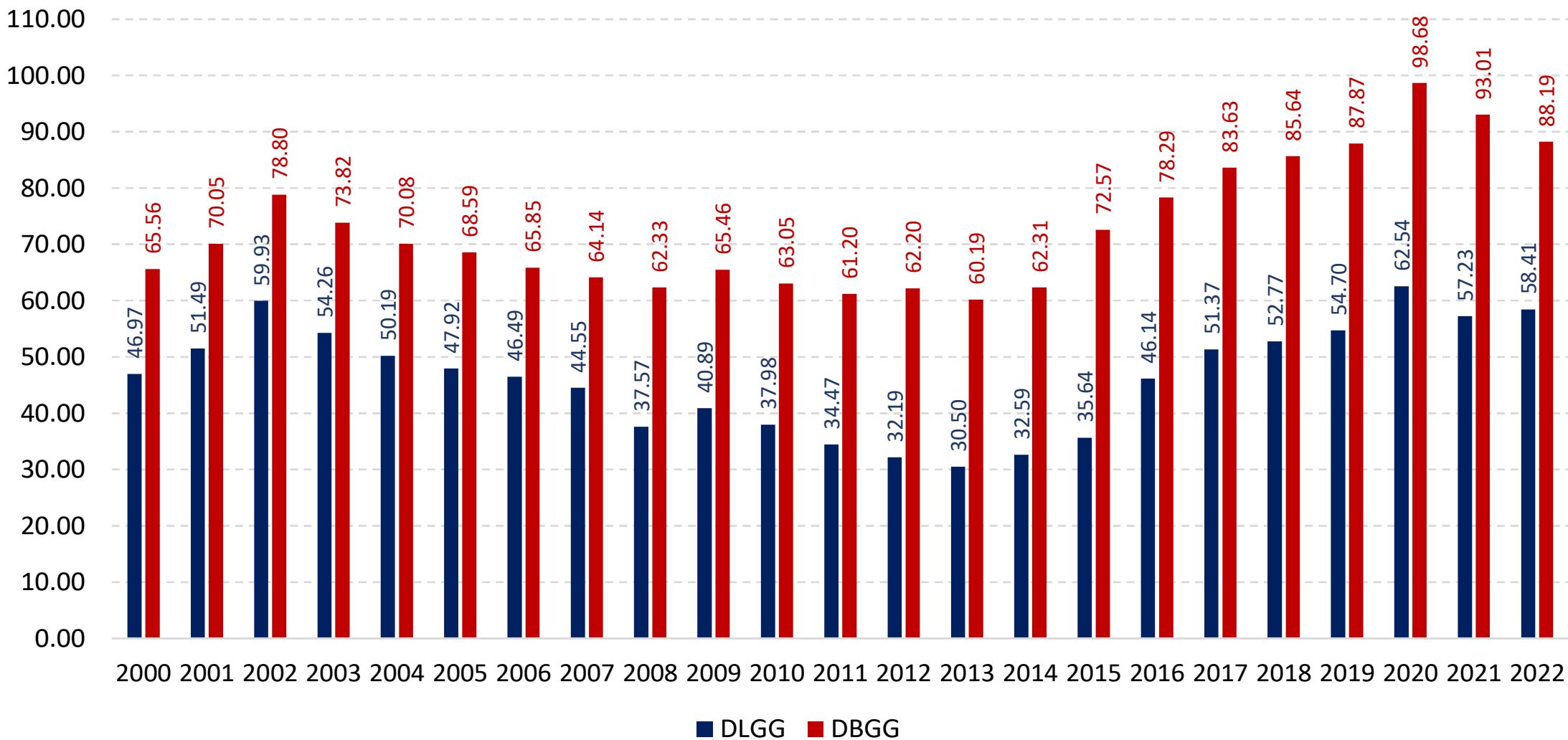


- 1/ O Governo Geral abrange Governo Federal, governos estaduais e governos municipais. Exclui Banco Central e empresas estatais.
- 2/ Exclui dívida mobiliária na carteira do Bacen e inclui operações compromissadas do Bacen. Vide Nota Técnica publicada na Nota para Imprensa do dia 27 de fevereiro de 2008.
- 3/ Inclui a Dívida mobiliária do Tesouro Nacional e os créditos securitizados, descontadas as aplicações intra e intergovernamentais em títulos públicos federais e os títulos sob custódia do FGE.
- 4/ Posição de carteira. A soma deste item com os valores registrados em "Dívidas securitizadas e TDA" e em "Títulos de div. negociados no mercado doméstico" corresponde ao total da DPMFi no critério utilizado pelo Demab (Nota para a imprensa - Mercado Aberto).
- 5/ Fundo de Garantia à Exportação.
- 6/ Inclui aplicações da Previdência Social, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e de outros fundos.
- 7/ Inclui as operações compromissadas efetuadas no extramercado.
- 8/ Títulos de dívida em poder de não residentes, denominados e liquidados em reais.
- 9/ Diferença entre a dívida mobiliária na carteira do Bacen e o estoque das operações compromissadas do Bacen.
- 10/ Equalização do resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais, realizadas pelo Banco Central (MP nº 435).
- 11/ Exclui a Petrobras e a Eletrobras.
- 12/ PIB acumulado nos últimos 12 meses em valores correntes.

\* Dados preliminares.

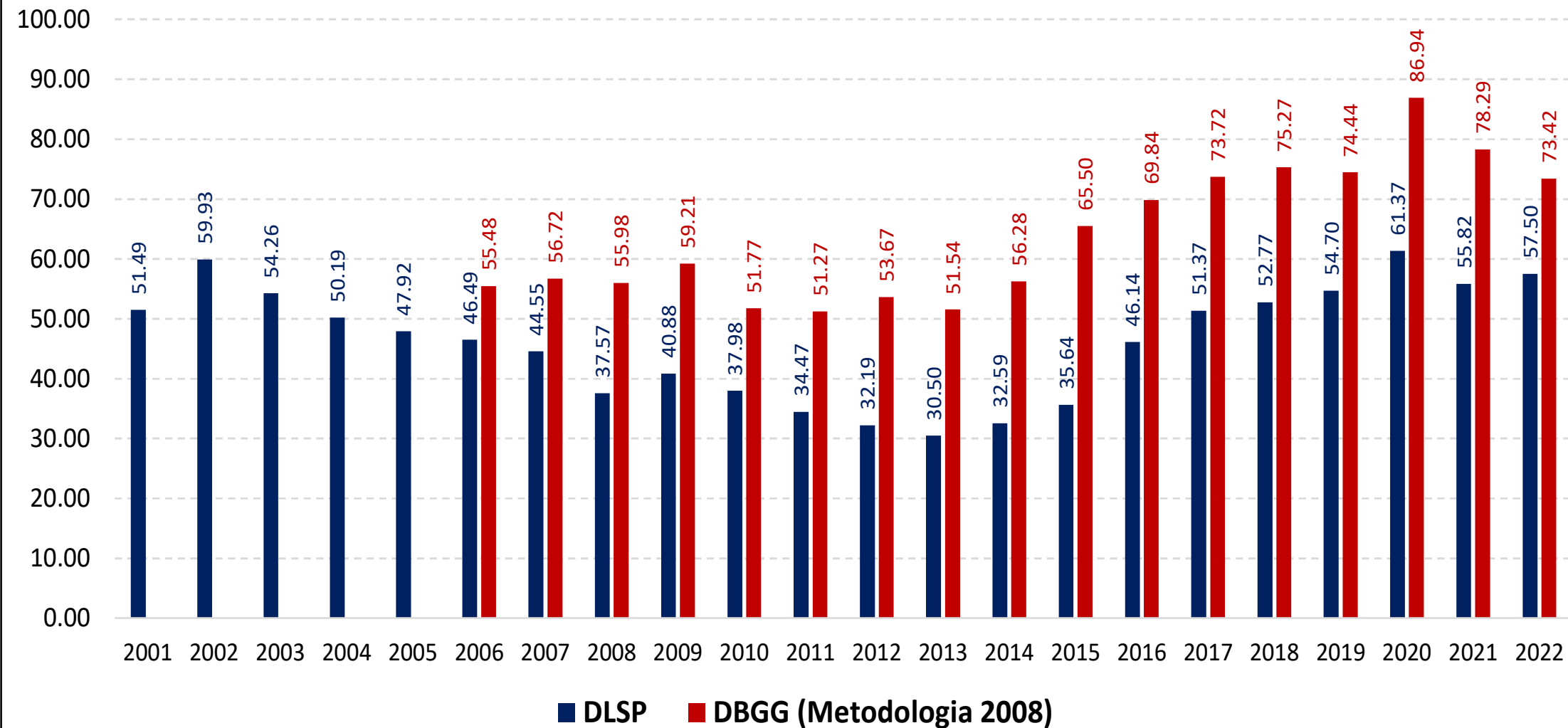


## DBGG x DLGG (% PIB) - Brasil - Fonte: FMI





## DBGG e DLSP (% PIB) - Brasil - Fonte: BCB





# Critérios e Definições

- “Acima da Linha”
  - Critério pelo qual são explicitados os fluxos de receitas e despesas. Assim, podemos calcular:
    - **Déficit Nominal** = Gastos Totais – Receitas Totais
    - **Déficit Primário** = Déficit Nominal – Despesas Financeiras (juros)
    - **Déficit Operacional** = Déficit Nominal – Correções Monetária e Cambial → **Medida de Déficit Real**
      - Hoje muito pouco utilizado



## Critérios e Definições

- **“Abaixo da Linha”**
  - Critério que observa o déficit com base na variação da dívida pública, pela ótica do seu financiamento.
  - **Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)**
  - **Ajuste Patrimonial (AP)**
  - **Dívida Fiscal Líquida (DFL)**

**$DFL = DLSP - AP = DLSP - (\text{“Esqueletos”} - \text{Privatizações})$**

**Pois :  $DLSP = DFL + \text{“Esqueletos”} - \text{Privatizações}$**



# Critérios e Definições

- **Critérios de Cálculo**

$$D_t^g - D_{t-1}^g = (G_t + Tr_t - T_t + I_t^g) + iD_{t-1}^g$$

**Critério “acima da linha”:**

cálculo do déficit utilizando os fluxos de receitas e despesas

**Critério “abaixo da linha”:**

cálculo do déficit através da variação da dívida pública

- Observe que, para calcularmos o déficit pelo critério “abaixo da linha”, precisamos conhecer as “posições patrimoniais” do setor público (estoque da dívida).



# Observações

- **DLSP, DFL e AP**
- A diferença entre a DLSP e a DFL (Dívida Fiscal Líquida) é dada pelo ajuste patrimonial, que considera as despesas e receitas extraordinárias.
  - **Receitas Extraordinárias:** privatizações e outras.
  - **Despesas Extraordinárias:** passivos contingentes (“esqueletos”), despesas com variação cambial e outras.





# Observações

- **DLSP, DFL e AP**
- A importância do cálculo da DFL, quando existem valores elevados para o ajuste patrimonial: fazer alguma inferência sobre a gestão fiscal, desconsiderando receitas e despesas extraordinárias, ou seja, considerando somente os fluxos regulares de receita e despesa.



# Observações

- O governo pode se financiar obtendo recursos domesticamente ou no exterior.
- Desta forma, parte da dívida do setor público é devida a residentes e parte a não residentes.
- Assim, podemos escrever:  $\longrightarrow$



# Observações

$$D_t^g - D_{t-1}^g = \underbrace{(G_t + Tr_t + I_t^g - T_t)}_{\text{Déficit Primário}} + \underbrace{iD_{t-1}^{gP}}_{\text{Pagamento de Juros sobre o estoque da dívida pública em poder de residentes}} + \underbrace{i^* ED_{t-1}^{ge}}_{\text{Pagamento de Juros sobre o estoque da dívida pública em poder de não residentes}} = NFSP$$

Déficit Primário

Pagamento de Juros sobre o estoque da dívida pública em poder de residentes

Pagamento de Juros sobre o estoque da dívida pública em poder de não residentes

**Variação da Dívida Pública**



# Financiamento Déficit Nominal

- De uma forma geral, podemos ter:

$$\left( M_t - M_{t-1} \right) + \left( D_t^{gP} - D_{t-1}^{gP} \right) + E \left( D_t^{ge} - D_{t-1}^{ge} \right)$$

Variação da dívida em poder de residentes

Variação da dívida em poder de não residentes, onde  $E$  representa a taxa nominal de câmbio.

Financiamento via emissão monetária



# Financiamento Déficit Nominal

- **Logo** → O financiamento do déficit nominal pode ser realizado com o governo se endividando (nominalmente) ou emitindo moeda (corrente).

$$Financiamento \rightarrow (M_t - M_{t-1}) + (D_t^g - D_{t-1}^g)$$

- Onde  $(D_t^g - D_{t-1}^g) = (D_t^{gP} - D_{t-1}^{gP}) + E(D_t^{ge} - D_{t-1}^{ge})$



# Financiamento com Moeda

- Suponha que o governo **não se financie** com **endividamento**. Nesse caso, o financiamento será realizado via emissões monetárias. Qual a emissão monetária **em termos reais** ?

$$\frac{\Delta M}{P} \rightarrow \textit{Senhoriagem} \left( \textit{Receitas com a Criação de Moeda} \right)$$

- **Note que:**  $\textit{Senhoriagem} = \frac{\Delta M}{M} \frac{M}{P}$ 
  - **Senhoriagem**  $\rightarrow$  crescimento nominal da oferta monetária  $\times$  encaixes reais, que diminuem conforme a inflação aumenta.



# Financiamento Déficit Operacional

- **Explicando melhor** → Se o setor privado estiver disposto a reter o papel-moeda que o governo fornece (em geral, ele é necessário), o governo pode comprar bens e serviços (se financiar) emitindo moeda, cujo custo (para ele) é, virtualmente, zero.
- **Representando as variáveis reais com letras minúsculas e, notando que a taxa real de juros é dada pela taxa nominal menos a taxa de inflação (Aqui são necessárias muitas contas para obtermos a expressão seguinte):**



# Financiamento Déficit Operacional

$$Déficit\ No\ min\ al_{(t)} = (D_t^g - D_{t-1}^g) + (M_t - M_{t-1})$$

$$Déficit\ Real \rightarrow \frac{Déficit\ No\ min\ al_{(t)}}{P_t} = \left( \frac{D_t^g - D_{t-1}^g}{P_t} \right) + \left( \frac{M_t - M_{t-1}}{P_t} \right)$$

Formas de financiamento do déficit operacional

• Onde:  $\left( \frac{M_t - M_{t-1}}{P_t} \right) = (m_t - m_{t-1}) + \pi_t m_{t-1}$





# Financiamento Déficit Operacional

- *Por simplicidade, assumamos que  $t$  é uma variável contínua.*

- *Déficit Nominal*  $(t) = \dot{D}_t + \dot{M}_t$

- *Déficit Real*  $\rightarrow \frac{\text{Déficit Nominal}_{(t)}}{P_t} = \frac{\dot{D}_t}{P_t} + \frac{\dot{M}_t}{P_t}$

- $\dot{m} = \frac{d\left(\frac{M}{P}\right)}{m_t} = \frac{\dot{M}P + M\dot{P}}{P^2} = \frac{\dot{M}P}{P^2} + \frac{M\dot{P}}{P^2} = \frac{\dot{M}}{P} + \frac{M}{P} \frac{\dot{P}}{P} \rightarrow \frac{\dot{M}_t}{P_t} = \dot{m}_t + \pi_t m_t$

- $\dot{d} = \frac{d\left(\frac{D}{P}\right)}{d_t} = \frac{\dot{D}P + D\dot{P}}{P^2} = \frac{\dot{D}P}{P^2} + \frac{D\dot{P}}{P^2} = \frac{\dot{D}}{P} + \frac{D}{P} \frac{\dot{P}}{P} \rightarrow \frac{\dot{D}_t}{P_t} = \dot{d}_t + \pi_t d_t$



# Financiamento Déficit Operacional

- 1) Colocação real de títulos por parte do governo.
- 2) **Senhoriagem**, que representa os ganhos provenientes do poder de emitir moeda que a autoridade monetária possui dois componentes:
  - Aumento real da oferta monetária  $\rightarrow (m_t - m_{t-1})$
  - Imposto Inflacionário  $\rightarrow$  Aumento da oferta monetária para manter constante a quantidade de moeda em termos reais  $\rightarrow II = \pi_t m_{t-1}$



# Imposto Inflacionário: a Intuição

- A inflação reduz a oferta monetária em termos reais, permitindo ao governo, a cada período, emitir mais moeda para manter os encaixes reais constantes. Como essa emissão permite ao governo financiar seus gastos, isso é chamado de imposto inflacionário.

$$\frac{M}{P} \uparrow \rightarrow \frac{M}{P} \downarrow. \text{ Para que } \left( \overline{\frac{M}{P}} \right) \rightarrow M \uparrow.$$



# Imposto Inflacionário: A Intuição

- O governo obterá, a cada período, uma certa “receita” proveniente do imposto inflacionário, que será maior quanto maior a taxa de inflação, dada a demanda por moeda.
- Claro, conforme a taxa de inflação aumenta a demanda real por moeda diminui.
  - Isso exige emissões monetárias cada vez maiores para a obtenção do mesmo imposto inflacionário.
  - Um aumento em  $\Delta M/M$  não gera um aumento proporcional na senhoriagem, já que os agentes econômicos reduzem os encaixes reais quando a inflação aumenta.



# A Curva de Laffer e o Imposto Inflacionário

- No caso do imposto inflacionário, a alíquota é a taxa de inflação e a base tributária é a moeda em poder do público, que se desvaloriza a cada nova emissão monetária, que gera inflação.
  - Logo, a arrecadação cresce até o ponto em que a elasticidade da demanda por moeda em relação à taxa de inflação é menor que 1.
- No caso do imposto inflacionário, a partir de certa taxa de inflação “muito elevada”, novos aumentos nessa taxa não devem reduzir a arrecadação do imposto inflacionário.
  - Não há como a demanda real por moeda cair mais!



# A Curva de Laffer e o Imposto Inflacionário

- **A dinâmica inflacionária no início da década de 1980.**
- A elevação da inflação elevou a arrecadação do imposto inflacionário até certo ponto. Em algum momento, a demanda por moeda diminuiu fortemente, diminuindo a incidência do imposto inflacionário.
- Se o imposto inflacionário necessário para financiar a parcela do déficit não coberta pela emissão de títulos é maior que aquela representada pelo ponto de máximo na curva de Laffer, a economia deixa de estar em equilíbrio...
  - a inflação aumenta e isso, por sua vez, diminui a demanda por moeda, o que deve ser compensado por uma inflação ainda maior, ingressando-se em uma rota de desequilíbrio que leva à hiperinflação



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- O governo, assim como as famílias, defronta-se com uma restrição orçamentária intertemporal (**ROI**).

- **A Matemática dos Déficits e da Dívida**

- Como vimos, déficit orçamentário no ano  $t$  é igual a:

$$D_t^g - D_{t-1}^g = rD_{t-1}^g + G_t + Tr_t + I_t^g - T_t$$

- Observe que agora estamos considerando a despesa real com juros sobre o estoque da dívida pública do período anterior, ou seja,  $r$  é a taxa real de juros incidente sobre a dívida governamental.



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- Logo, a dívida do governo no final do ano  $t$  é igual a:

$$D_t^g = (1 + r)D_{t-1}^g + G_t + Tr_t + I_t^g - T_t$$

- Portanto, se partirmos de uma dívida de \$100, com um superávit primário igual a zero e uma taxa de juros incidente sobre a dívida de 10%, teremos uma dívida no final do período  $t$  igual a  $(1+r)D_{t-1}^g = \$110$ .
- Caso o governo não queira que a dívida cresça a taxa  $(1+r)$ , ele deverá obter um superávit primário no valor de \$10.





# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- **Também Podemos Observar que:**
- Um aumento dos gastos do governo ( $G$ ,  $I$  ou  $Tr$ ) ou uma redução dos impostos (aumento do déficit primário) deverá ser compensada por um aumento dos impostos no futuro ou um por corte de gastos.
- Quanto mais o governo esperar para aumentar os impostos (ou cortar os gastos) ou quanto mais alta for a taxa real de juros, maior deverá ser o ajuste fiscal no futuro.



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- A partir dos cálculos anteriores dos déficits e dívidas podemos tirar as seguintes conclusões:
  - O legado de déficits passados é uma dívida pública maior.
  - Para estabilizar a dívida, o governo deve eliminar o déficit.
  - Para eliminar o déficit, o governo deve gerar um superávit primário igual aos pagamentos de juros sobre a dívida existente.



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- A *razão dívida/PIB*, ou coeficiente de endividamento, fornece a razão entre a dívida e o PIB.

$$(I) \frac{D_t^g}{Y_t} = (1+r) \frac{D_{t-1}^g}{Y_t} + \frac{G_t + Tr_t + I_t^g - T_t}{Y_t}$$

Note que o último termo é o déficit primário em relação ao PIB, que chamaremos de  $d_t$ .

$$(II) \frac{D_t^g}{Y_t} = (1+r) \frac{Y_{t-1}}{Y_t} \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$

Multiplicando e dividindo o segundo termo pelo produto defasado em um período.

- Agora temos todos os termos da equação em relação ao PIB .



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- Sendo  $g_{y_t}$  a taxa de crescimento real do PIB:

$$g_{y_t} = \frac{Y_t - Y_{t-1}}{Y_{t-1}} \Rightarrow g_{y_t} = \frac{Y_t}{Y_{t-1}} - 1 \Rightarrow 1 + g_{y_t} = \frac{Y_t}{Y_{t-1}} \Rightarrow \boxed{\frac{Y_{t-1}}{Y_t} = \frac{1}{1 + g_{y_t}}}$$

- Substituindo em (II):

$$(III) \quad \frac{D_t^g}{Y_t} = (1 + r) \left( \frac{1}{1 + g_{y_t}} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t \Rightarrow \frac{D_t^g}{Y_t} = \left( \frac{1 + r}{1 + g_{y_t}} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- Utilizando uma aproximação útil:

$$\left( \frac{1+r}{1+g_{y_t}} \right) \cong 1+r-g_{y_t} \rightarrow \text{Substituindo em (III)}$$

$$(IV) \quad \frac{D_t^g}{Y_t} = \left( 1+r-g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

$$(V) \quad \frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = \left( r - g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$

- A equação (V) nos mostra que a relação (dívida/PIB) aumenta:
  - Quanto maior a taxa de juros incidente sobre a dívida.
  - Quanto menor a taxa de crescimento do PIB real.
  - Quanto maior o coeficiente de endividamento inicial.
  - Quanto maior o déficit primário em relação ao PIB.



## Observação

- Deduzimos a expressão que nos mostra a evolução da razão dívida/PIB fazendo uso de uma aproximação, que serviu para facilitar as contas.
- Caso não utilizássemos essa aproximação e considerássemos a possibilidade da existência de senhoriagem, teríamos:

$$\frac{D_t^g}{Y_t} = \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} \left[ \frac{(1+r)}{(1+g_{y_t})} \right] - s_t - h_t$$

- Onde  $s$  representa o superávit primário/PIB e  $h$  a senhoriagem/PIB.



# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- Observe que podemos calcular o superávit primário requerido para estabilizar a relação dívida / PIB, para determinados níveis de crescimento real, taxa real de juros e senhoriagem:

$$S_t = \left[ \frac{(r - g_{y_t})}{(1 + g_{y_t})} \right] \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} - h_t$$

*Veja o slide seguinte*







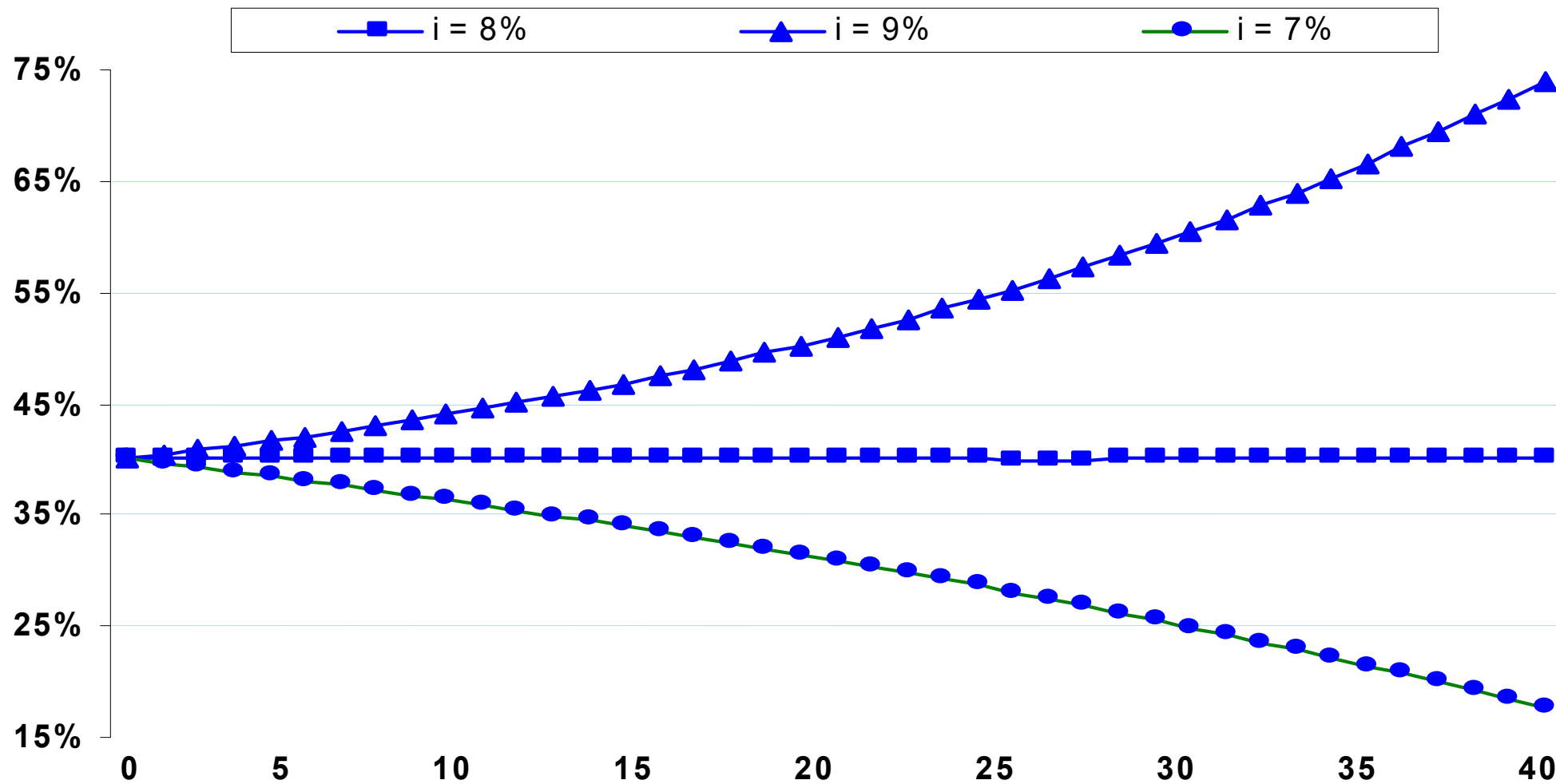
# A ROI do Governo e a Razão Dívida/PIB

- Seja  $d = \frac{D^g}{Y}$ . Temos que  $d_t = d_{t-1} \left[ \frac{(1+r)}{(1+g_{y_t})} \right] - s_t - h_t$ .
- $d_t - d_{t-1} = 0 \Rightarrow d_t = d_{t-1} \rightarrow d_{t-1} = d_{t-1} \left[ \frac{(1+r)}{(1+g_{y_t})} \right] - s_t - h_t$ .
- $s_t = d_{t-1} \left[ \frac{(1+r)}{(1+g_{y_t})} \right] - d_{t-1} - h_t \rightarrow s_t = \left[ \frac{(1+r)}{(1+g_{y_t})} - 1 \right] d_{t-1} - h_t$
- $s_t = \left[ \frac{(1+r) - (1+g_{y_t})}{(1+g_{y_t})} \right] d_{t-1} - h_t \rightarrow s_t = \left[ \frac{(r - g_{y_t})}{(1+g_{y_t})} \right] d_{t-1} - h_t$



## Dívida / PIB

Cresc. Real = 3% ; Inflação 2% ; Senhoriagem / PIB = 0,2% ; Super. Primário / PIB = 0,92%





# Simulações Realizadas em 09/2023 - IFI

TABELA 13. RESULTADO PRIMÁRIO REQUERIDO PARA ESTABILIZAR A DÍVIDA BRUTA EM 75,8% DO PIB

DBGG em t		Juros reais implícitos da DBGG							
75,8%		0,5%	1,0%	2,0%	3,5%	3,8%	4,5%	5,0%	5,5%
PIB real (% a.a.)	0,5%	0,0%	0,4%	1,1%	2,3%	2,5%	3,0%	3,4%	3,8%
	1,0%	-0,4%	0,0%	0,8%	1,9%	2,1%	2,6%	3,0%	3,4%
	1,5%	-0,7%	-0,4%	0,4%	1,5%	1,7%	2,2%	2,6%	3,0%
	2,0%	-1,1%	-0,7%	0,0%	1,1%	1,3%	1,9%	2,2%	2,6%
	2,5%	-1,5%	-1,1%	-0,4%	0,7%	1,0%	1,5%	1,8%	2,2%
	3,0%	-1,8%	-1,5%	-0,7%	0,4%	0,6%	1,1%	1,5%	1,8%
	3,5%	-2,2%	-1,8%	-1,1%	0,0%	0,2%	0,7%	1,1%	1,5%

Fonte: IBGE, Banco Central e IFI. Elaboração: IFI.

$$s_t = (r - g_{y_t}) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} \rightarrow s_t = (0,038 - 0,02) 0,758 \rightarrow s_t = 1,36\%$$



- **Existem duas abordagens conceituais para a questão da sustentabilidade da política fiscal.**

## 1) Abordagem Contábil

- Trata de considerar a restrição orçamentária intertemporal do governo com as variáveis em porcentagem do produto, de forma que a relação dívida PIB se mantenha constante.

- **Aproximadamente:** 
$$\frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = \left( r - g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$

- **Assim, o superávit primário/PIB que estabiliza a razão dívida/PIB é dado por:**

$$0 = \left( r - g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t \rightarrow -d_t = \left( r - g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} \rightarrow s_t = \left( r - g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}}$$



## 2) Abordagem do Valor Presente

- O valor presente da dívida deve convergir para zero considerando  $n$  tendendo ao infinito.

$$E_t \lim_{n \rightarrow \infty} (1+r)^{-n} D_{t+n}^g = 0 \rightarrow E_t \lim_{n \rightarrow \infty} \frac{D_{t+n}^g}{(1+r)^n} = 0$$

- Observe que isto ocorre desde que os superávits primários sejam maiores que as despesas financeiras ao longo do tempo.



# Observação Importante

- Nossa equação de equilíbrio da relação Dívida/PIB não considerou, por simplicidade, o efeito da taxa de câmbio.
  - Como se a taxa de câmbio não exercesse impacto sobre a dívida governamental (ou se a taxa de câmbio permanecesse constante).
- Podemos ajustar nossa equação para considerar tal efeito.
- Uma das publicações do Bacen, “Estatísticas Fiscais”, divulga as elasticidades da DLSP e da DBGG em função das variações na Selic, índices de preços e taxa de câmbio.



## Elasticidades da DLSP e da DBGG

- A tabela a seguir atualiza as elasticidades da DLSP e da DBGG a variações na taxa de câmbio, na taxa de juros e nos índices de preços para o mês de **setembro de 2023**.

### Elasticidades da DLSP e DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>	R\$ bilhões	p.p. PIB <sup>1/</sup>
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio <sup>2/</sup>	-7,4	-0,07	9,1	0,09
Redução de 1 p.p. na taxa Selic <sup>2/ 3/</sup>	44,8	0,43	41,4	0,40
Redução de 1 p.p. nos índices de preços <sup>2/ 3/</sup>	17,9	0,17	17,7	0,17

1/ Impacto na relação DLSP/PIB ou DBGG/PIB, conforme o caso.

2/ Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, aumento de taxa Selic e aumento de índices de preços.

3/ Variação mantida por doze meses.



## Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário				JN	Nominal
	GC	EM	EE	Total		
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48

GC = governo central, EM = estados e municípios, EE = empresas estatais e JN = juros nominais.





## Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
<b>2011</b>	<b>2.25</b>	<b>0.80</b>	<b>0.07</b>	<b>3.12</b>	<b>5.71</b>	<b>-2.59</b>
<b>2012</b>	<b>1.96</b>	<b>0.49</b>	<b>-0.06</b>	<b>2.39</b>	<b>4.86</b>	<b>-2.47</b>
<b>2013</b>	<b>1.55</b>	<b>0.34</b>	<b>-0.01</b>	<b>1.88</b>	<b>5.14</b>	<b>-3.26</b>
<b>2014</b>	<b>-0.4</b>	<b>-0.15</b>	<b>-0.08</b>	<b>-0.63</b>	<b>6.08</b>	<b>-6.71</b>
<b>2015</b>	<b>-1.98</b>	<b>0.16</b>	<b>-0.07</b>	<b>-1.89</b>	<b>8.50</b>	<b>-10.39</b>
<b>2016</b>	<b>-2.54</b>	<b>-0.04</b>	<b>0.04</b>	<b>-2.54</b>	<b>6.50</b>	<b>-9.04</b>
<b>2017</b>	<b>-1.80</b>	<b>0.10</b>	<b>0.00</b>	<b>-1.70</b>	<b>6.10</b>	<b>-7.80</b>
<b>2018</b>	<b>-1.70</b>	<b>0.00</b>	<b>0.10</b>	<b>-1.60</b>	<b>5.40</b>	<b>-7.00</b>
<b>2019</b>	<b>-1.20</b>	<b>0.20</b>	<b>0.20</b>	<b>-0.80</b>	<b>5.00</b>	<b>-5.80</b>
<b>2020</b>	<b>-9.80</b>	<b>0.50</b>	<b>0.00</b>	<b>-9.30</b>	<b>4.10</b>	<b>-13.40</b>
<b>2021</b>	<b>-0.40</b>	<b>1.10</b>	<b>0.00</b>	<b>0.70</b>	<b>5.00</b>	<b>-4.30</b>
<b>2022</b>	<b>0.60</b>	<b>0.70</b>	<b>0.10</b>	<b>1.40</b>	<b>6.00</b>	<b>-4.60</b>



# Taxa de Juros Incidente Sobre a Dívida

- **Qual a taxa de juros incidente sobre a dívida pública?**
  - Seria a Selic caso toda a dívida governamental estivesse indexada a ela.
- A taxa de juros incidente sobre a dívida pública é uma média ponderada das taxas de juros dos diversos instrumentos financeiros utilizados pelo governo para se financiar.
- As taxas de juros dos vários instrumentos diferem entre si conforme o indexador ou o prazo do título (os vários títulos podem ser de curto ou de longo prazos), sendo necessário utilizar uma medida que resuma o custo de distintos instrumentos em uma única estatística.



# Taxa de Juros Incidente Sobre a Dívida

- **Prefixados** → com a taxa de juros fixa e definida nos leilões desses títulos;
- **Juros flutuantes** → que pagam a taxa de juros Selic mais *spread* definido em leilão, que geralmente é próximo de zero;
- **Remunerados por índices de preços** → com taxa de juros real fixa mais a inflação;
- **Cambiais** → com taxa de juros definida em moeda estrangeira mais a variação cambial.



# Títulos da Dívida Pública Interna

- **Tesouro Prefixado 20XX – LTN (Letras do Tesouro Nacional)**
- Por se tratar de um título prefixado, o investidor tem a exata noção do rendimento nominal se carregá-lo até o vencimento.
  
- **Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 20XX – NTN-F**
- Nesse caso, o investidor recebe um fluxo de cupons semestrais de juros, o que possibilita maior liquidez e possibilidade de reinvestimentos.



# Títulos da Dívida Pública Interna

- **Tesouro IPCA+ 20XX – NTN-B Principal**
- Trata-se de um investimento mais conservador, pois permite ao investidor obter uma certa rentabilidade real, protegendo-se assim de uma possível elevação da inflação medida pelo IPCA.
- **Tesouro IPCA+ 20XX com Juros Semestrais – NTN-B**
- Possui as mesmas características do Tesouro IPCA+ 20XX – NTN-B Principal, com a vantagem de pagar um fluxo de rendimentos periódicos (cupons semestrais).



# Títulos da Dívida Pública Interna

- **Tesouro Selic 20XX – LFT (Letra Financeira do Tesouro)**
- Trata-se de um investimento também conservador, pois a rentabilidade é indexada à taxa Selic.
  
- **Anteriormente (hoje não existem mais) também eram negociados:**
  - **NTN-C → Pós-Fixados, indexados ao IGP-M**
  - **NTN-H → Pós-Fixados, indexados à TR (Taxa Referencial)**
  - **NTN-D → Pós-Fixados, indexados ao câmbio**



# Estrutura de Indexação da DLSP

- A partir de 2003 se iniciou uma mudança na estrutura de indexação da DLSP.
  - **Eliminação da DLSP indexada ao câmbio.**
    - Evitar que as depreciações cambiais tenham efeito sobre o aumento da DLSP (tanto no início de 1999 quanto em 2002, aproximadamente 30% da DLSP estava atrelada ao câmbio).
  - **Aumento da participação de títulos prefixados e redução da participação dos títulos pós-fixados (até 2015)**







# Estrutura de Indexação da Dívida Federal

- A estrutura de indexação importa para a eficácia da política monetária?
  - Aumentar a eficácia da política monetária, eliminando o efeito renda de uma elevação da taxa de juros.
- A execução da política fiscal é um determinante da a estrutura de indexação da dívida?
  - O maior risco deve dificultar a colocação de títulos prefixados.



# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

- **1980 – 1994** → Contexto de desordem das contas públicas e de déficit público artificialmente reprimido pela elevada taxa de inflação.
  - **Problemas:**
    - Defasagem das informações
    - Irregularidade dos dados
    - Falta de confiabilidade na precisão das estatísticas, afetadas por sucessivas revisões
    - Influência da inflação sobre o resultado fiscal
- A partir de 1991 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “acima da linha” do governo central.
- A partir de 1995 temos o início das séries com as estatísticas fiscais “abaixo da linha” do governo central, estados e municípios e empresas estatais.



# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

## • 1980 – 1994

NFSP - Conceito Operacional com Desvalorização Cambial- 1981/1994 (% PIB) - Fonte: BCB														
Data	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
NFSP	6.31	6.89	3.15	2.88	4.42	3.58	5.63	4.87	7.09	-1.32	0.19	1.74	0.80	-1.57
Resultado Primário					2.61	1.59	-0.99	0.91	-1.03	4.69	2.71	1.58	2.18	5.64
Juros Reais					7.03	5.17	4.64	5.78	6.07	3.36	2.90	3.32	2.98	4.07

- **Déficits durante toda a década de 1980.**
  - Algum ajuste após o acordo com o FMI.
- **Primeira metade da década de 1990: alternância entre déficits e superávits.**
  - O resultado primário melhorou.
  - A conta de juros melhorou.



# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

## • 1980 – 1994

NFSP - Conceito Operacional com Desvalorização Cambial- 1981/1994 (% PIB) - Fonte: BCB														
Data	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
NFSP	6.31	6.89	3.15	2.88	4.42	3.58	5.63	4.87	7.09	-1.32	0.19	1.74	0.80	-1.57
Resultado Primário					2.61	1.59	-0.99	0.91	-1.03	4.69	2.71	1.58	2.18	5.64
Juros Reais					7.03	5.17	4.64	5.78	6.07	3.36	2.90	3.32	2.98	4.07

- Entre 1984 e 1989 a situação fiscal se deteriora: descontrole de gastos acelerado pela nova constituição.
- Primeira metade da década de 1990
  - Inflação corroendo a despesa, com a receita indexada.
  - Ajustes em alguns gastos: cortes de benefícios sociais da previdência (recadastramento) e eliminação das transferências às empresas estatais.
  - 1993 – Fundo Social de Emergência.



# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

## • Fatos Marcantes a Partir da Década de 90

- A privatização de diversas empresas estatais, especialmente importante no que se refere às empresas estaduais, o que mudou significativamente o resultado primário.
- A venda de diversos bancos estaduais de propriedade estatal, o que acabou com um mecanismo clássico de financiamento dos déficits públicos estaduais.



# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

- **Fatos Marcantes a Partir da Década de 90**
  - O Plano Real, de 1994, que devido ao fim da altíssima inflação, contribuiu para ampliar muito a transparência das contas públicas, ao se poder aferir com maior precisão o verdadeiro significado das variáveis nominais, o que era impossível quando a inflação era de 3.000% ou 4.000% ao ano (a.a.).



# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

- **Fatos Marcantes a Partir da Década de 90**
  - A realização de três reformas parciais do sistema previdenciário, duas delas no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) e uma no Governo Lula (veremos algumas características adiante).
  - A renegociação das dívidas estaduais (1997-1998), processo esse que esteve na raiz do ajustamento fiscal pelo qual passaram os estados e municípios a partir de 1999.



# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

- **Fatos Marcantes a Partir da Década de 90**
  - A adoção de um sistema de metas razoavelmente rígidas de resultado primário para o setor público consolidado, religiosamente cumpridas desde então, a partir de 1999.
    - **OBS.** A política fiscal foi “flexibilizada” a partir de 2012.





# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

## • Fatos Marcantes a Partir da Década de 90

- As medidas de aumento da receita para viabilizar um profundo ajuste fiscal, em 1999, prática posteriormente repetida diversas vezes.
- A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar 101/2000 - no segundo mandato de FHC, consolidando o processo iniciado com a privatização dos bancos estaduais e continuado com a renegociação das dívidas estaduais e municipais → Regras Formais.



# Características do Regime Previdenciário Brasileiro

- O regime de aposentadoria estabelecido na **Constituição de 1988** tinha as seguintes características principais, válidas tanto para o regime geral (RGPS) quanto para os servidores públicos (RPPS):
  - a) Aposentadoria **por idade** → **65 e 60 anos para homens e mulheres**, respectivamente, com **redução de 5 anos** para os trabalhadores **rurais** de ambos os sexos.



# Características do Regime Previdenciário Brasileiro

- b) Aposentadoria por **tempo de serviço** → **35 e 30 anos de serviço** para homens e mulheres, respectivamente, com **redução de 5 anos** de idade para **professores** de ambos os sexos.
- c) Aposentadoria **proporcional** ao tempo de serviço → **30 e 25 anos** de serviço para homens e mulheres, respectivamente.



# Características do Regime Previdenciário Brasileiro

- O **Brasil** é um dos **poucos países** que adotam a figura da aposentadoria por **tempo de serviço**, posteriormente transformada em aposentadoria por **tempo de contribuição**.
  - Essa **figura**, combinada com a **possibilidade de aposentadoria proporcional**, permitia que um contingente não desprezível de pessoas se aposentasse **antes dos 50 anos** (alguns antes dos 45 anos).

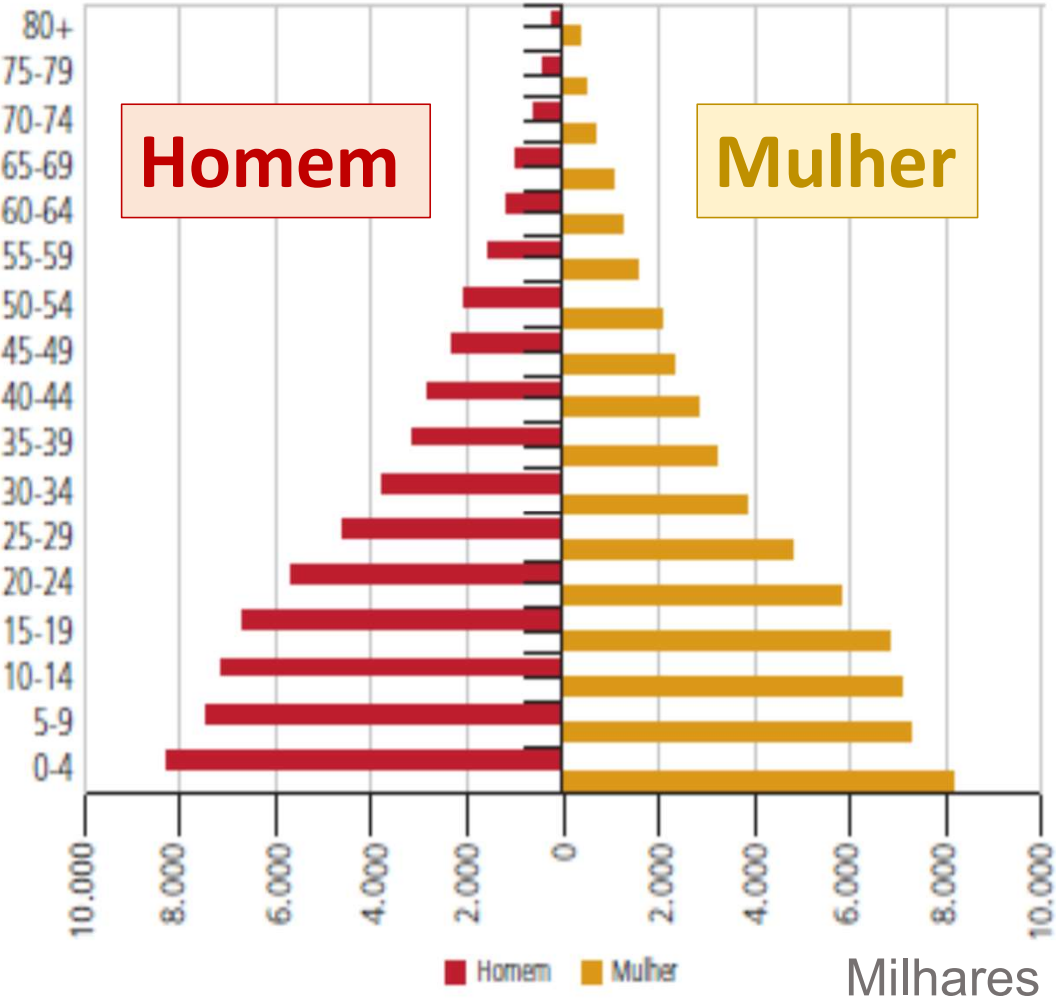


# Características do Regime Previdenciário Brasileiro

- O problema começa a ser agravado por questões **demográficas** (redução da relação entre contribuintes e inativos).
  - Aumento da expectativa de vida (boa notícia !)
  - Queda na taxa de natalidade.

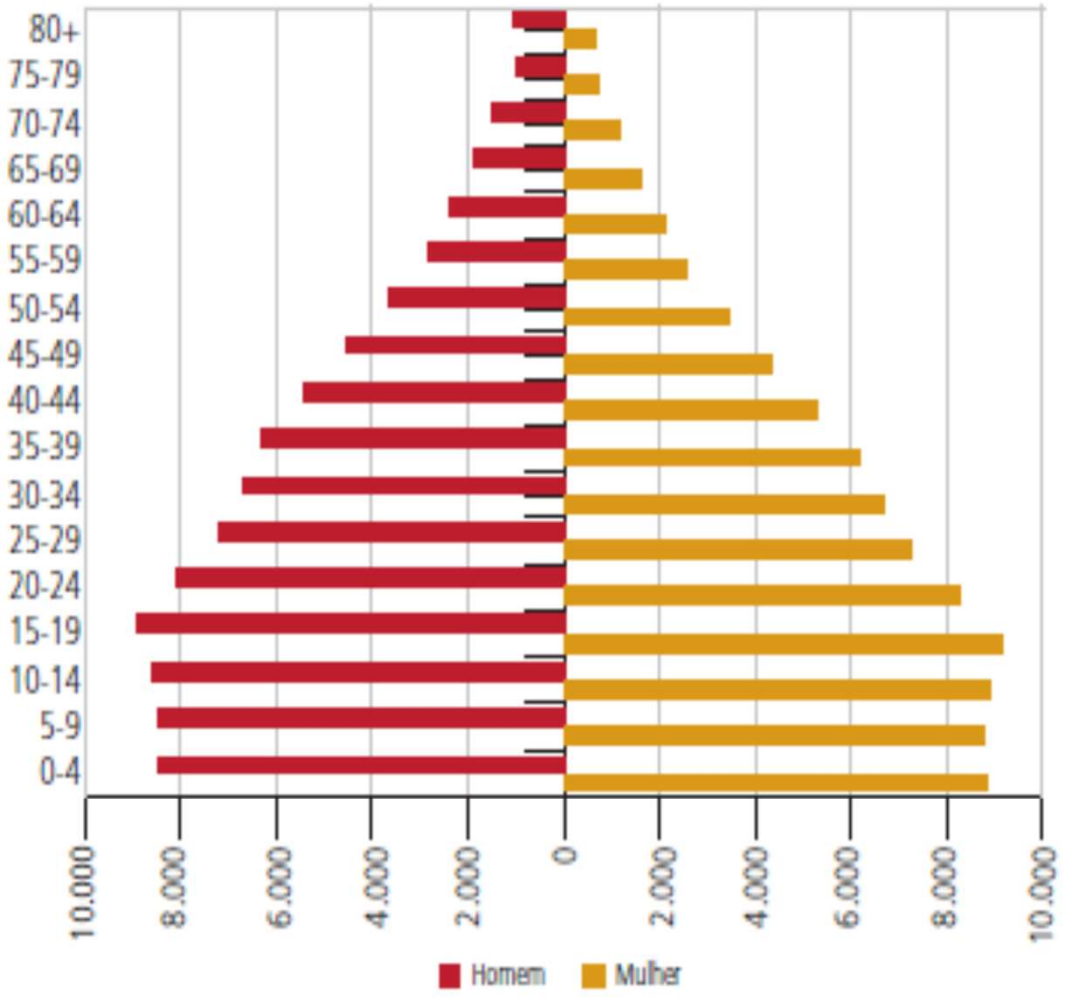
# Pirâmides Etárias no Brasil

1980



Fonte: Censo Demográfico de 1980/IBGE.

2000

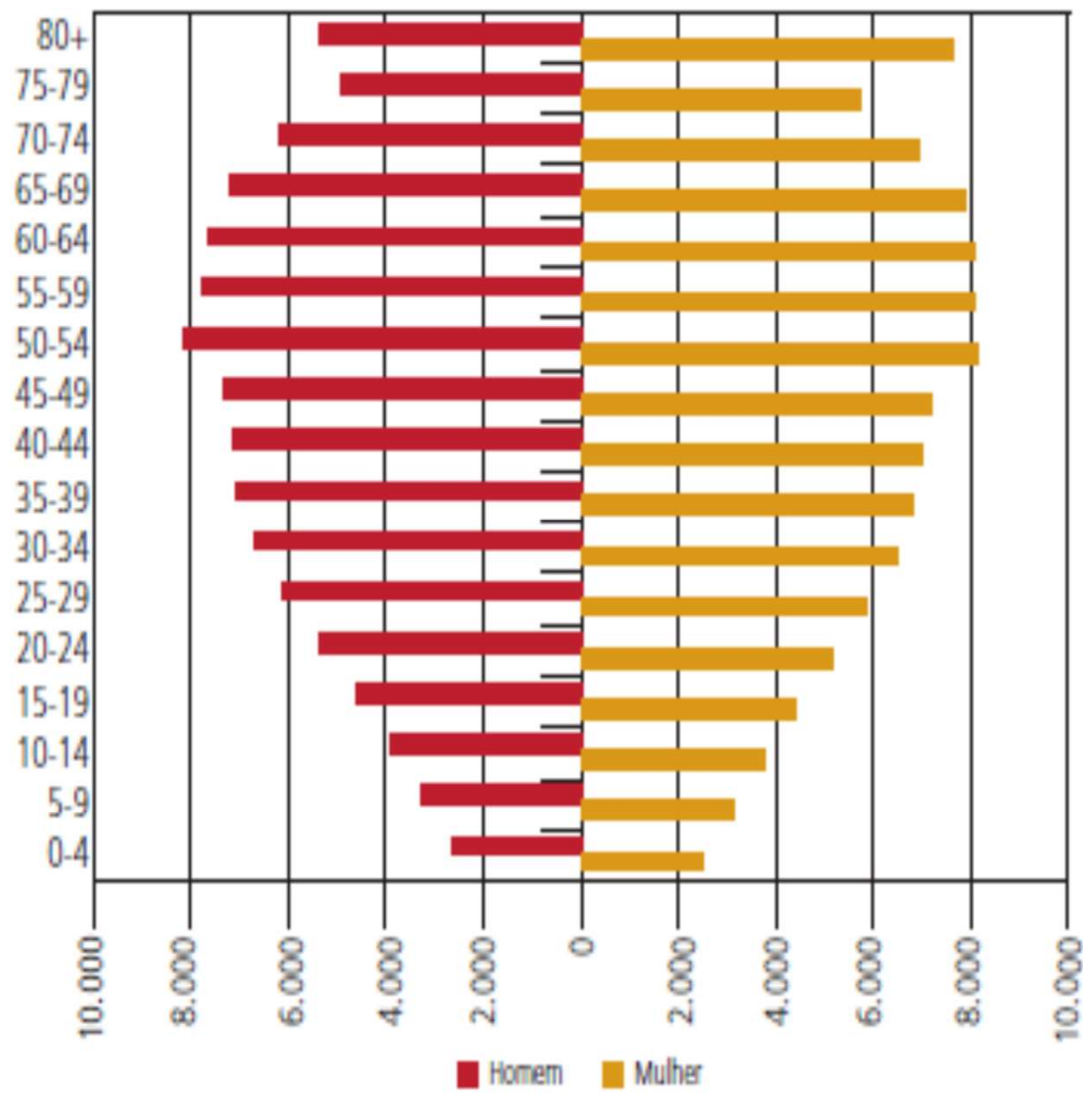
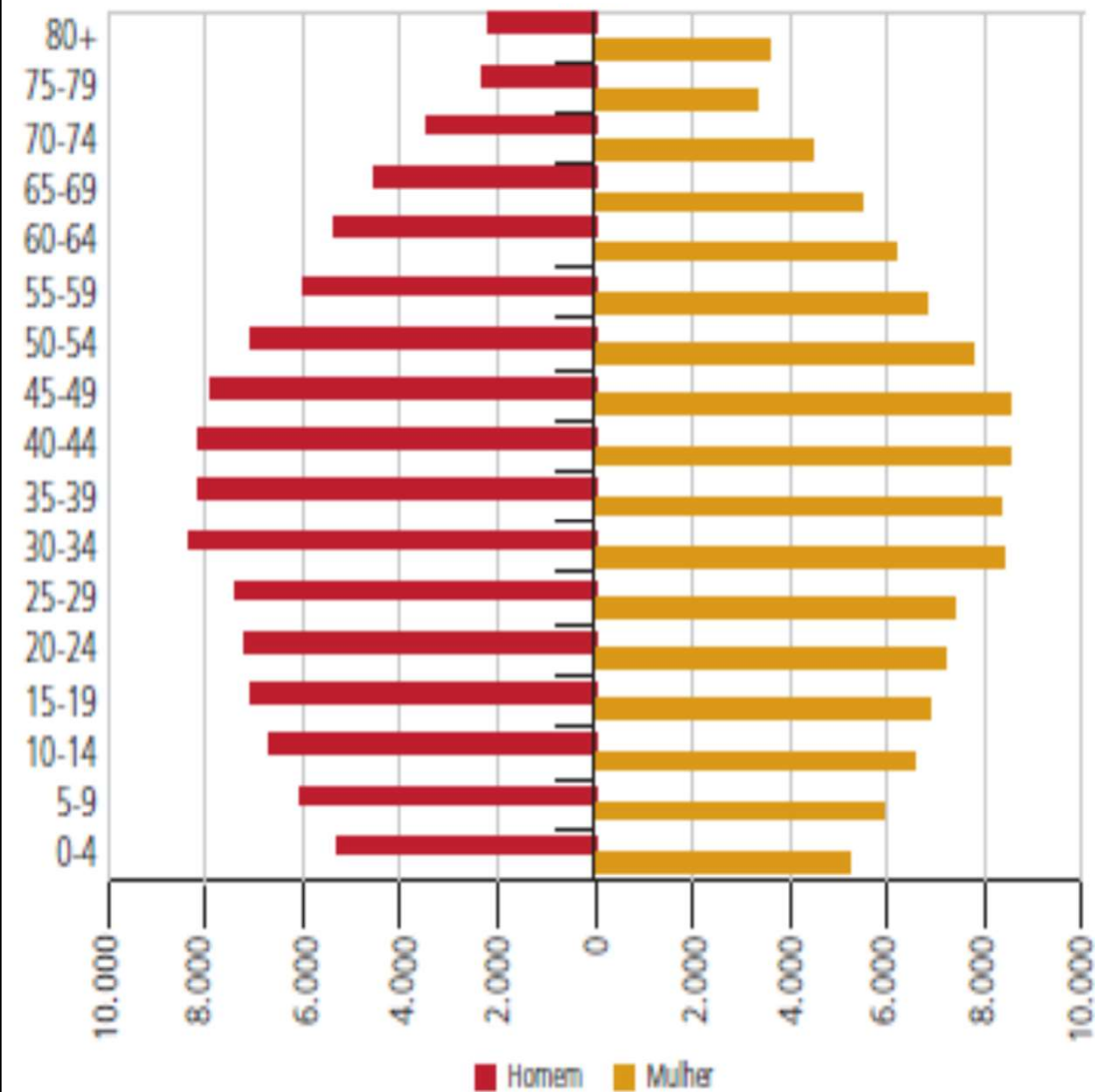


Fonte: Censo Demográfico de 2000/IBGE.

# Pirâmides Etárias no Brasil

## 2030

## 2050





# Características do Regime Previdenciário Brasileiro

- Mesmo com a maior formalização no mercado de trabalho durante algum período das últimas décadas e três reformas parciais no sistema, que evitaram uma queda relação contribuinte/beneficiário, as previsões são dramáticas.
- Essa relação, que correspondia a 3,24 na década de 90, deve atingir 1,76 em 2050.





# As Reformas Parciais

- **FHC 1 (1998)**

- Idade mínima para os novos entrantes do funcionalismo público de 60 e 55 anos, para homens e mulheres, respectivamente.
- “Pedágio”, na forma de 20% de acréscimo de tempo remanescente para a aposentadoria por tempo de contribuição no setor público.



# As Reformas Parciais

- **FHC 2 (2002)**

- Criação do fator previdenciário: no INSS o valor da aposentadoria por tempo de contribuição passa a depender da multiplicação da média dos 80% maiores salários de contribuição do indivíduo na ativa, por um fator previdenciário, tanto menor quanto menores forem a idade de aposentadoria e o número de anos de contribuição.



## As Reformas Parciais

- De acordo com a **Lei 13.183/2015**, até 30 de dezembro 2018, para se aposentar por tempo de contribuição, **sem incidência do fator previdenciário**, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem.
- A partir de **31 de dezembro de 2018**, para afastar o uso do fator, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem.



# As Reformas Parciais

- **Lula (2003)**

- Antecipação da vigência da idade mínima para a aposentadoria aprovada no governo anterior (passa a ser válida para todos os servidores).
- Taxação dos servidores públicos inativos (11% da parcela do salário que excedesse o teto contributivo do INSS).
- Aposentadoria integral do funcionalismo público dependendo de um número maior de anos no cargo.

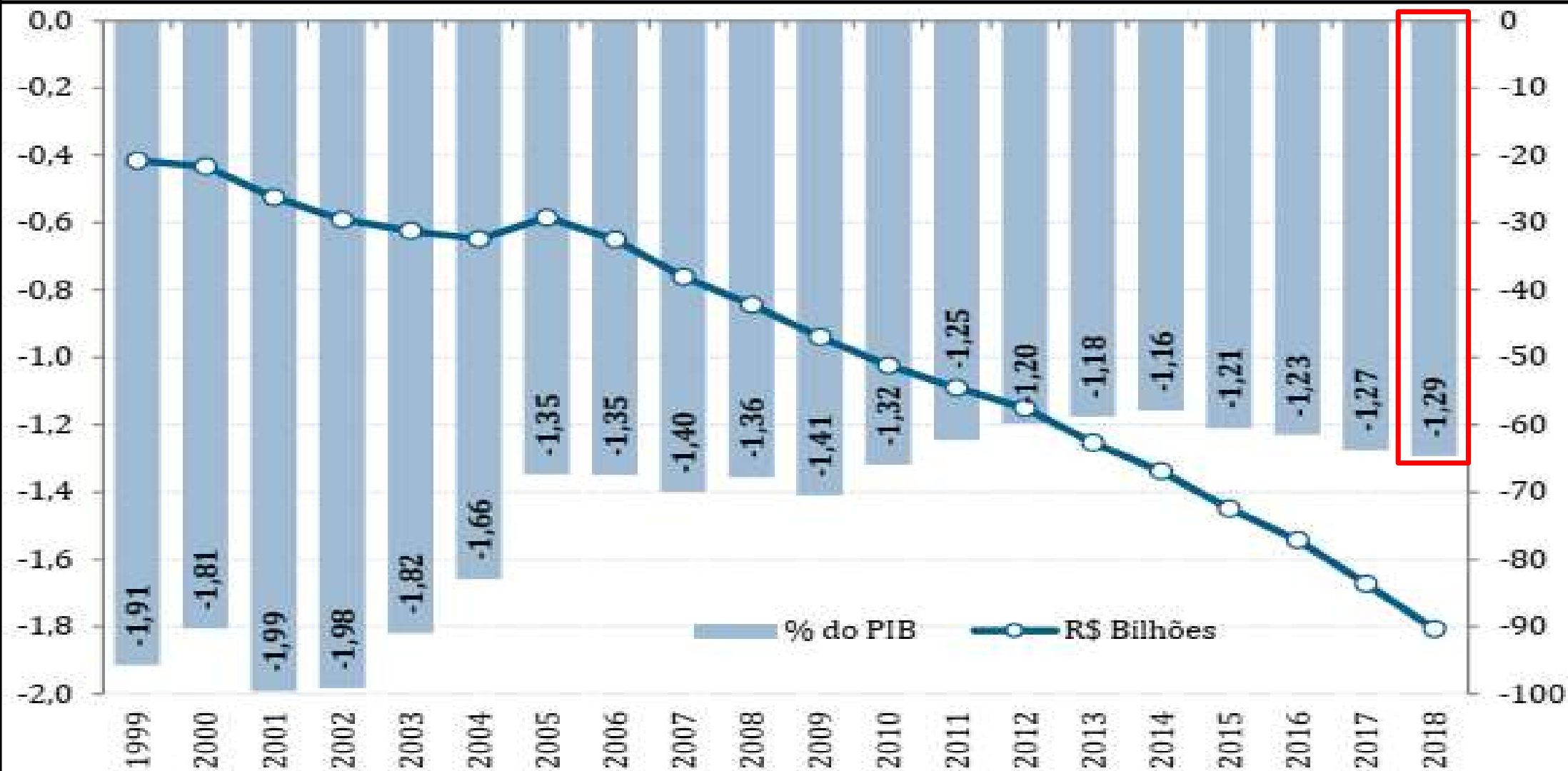


# Arrecadação Líquida, Despesa de Déficit – RGPS (% PIB)





## Déficit – RPPS Federal (% PIB)





# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Período Collor/Itamar Franco (1990-1994)**
- Pode ser definido como estando associado a um “déficit reprimido”.
  - Sarney (1985-1989) → NFSP (operacional) de 5,1% do PIB.
  - Entre 1990 e 1994 (Collor/Itamar) elas foram, em média, praticamente “zeradas”, graças a uma combinação de fatores:
    - Melhora do resultado primário (aumento do IOF, corte de subsídios, transferências,...)
    - Redução das despesas com juros reais expressas como proporção do PIB.



# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Período Collor/Itamar Franco (1990-1994)**
  - Essa melhora do resultado primário, pelo menos em parte, envolveu um componente espúrio, uma vez que foi baseada na facilidade que a alta inflação criava para ajustar o valor das despesas reais, em um contexto de receitas razoavelmente indexadas à inflação.





# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Período FHC (1995-1998)**

- Os anos do primeiro Governo FHC (1995-1998) podem ser definidos como sendo de “déficit aberto”.
- O resultado primário consolidado do setor público que, na média de 1990-1994, fora de 2,8% do PIB, tornou-se um déficit de 0,2% do PIB, na média de 1995-1998. Isso, somado às despesas de juros de 6,0% do PIB, gerou um déficit nominal médio de 6,2% do PIB no período, em que pese a retórica de austeridade do governo na época.



# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Período FHC (1995-1998)**

- Nesse contexto, a dívida líquida do setor público (DLSP), que no começo do Plano Real, em junho de 1994, era de 30% do PIB, atingiu 39% do PIB quatro anos depois e ultrapassou 50% do PIB no início de 1999 (efeito da desvalorização do real).



# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Período FHC (1999-2002)**
  - Pode ser definido como sendo de “ajuste com endividamento”, após o forte ajuste primário iniciado em 1999.
  - Embora a menor despesa com juros reais e o ajustamento primário tenham diminuído as NFSP nominais do período para 4,0% do PIB, estas continuaram sendo relevantes.



# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

## • O Período FHC (1999-2002)

- Ao mesmo tempo, o expressivo tamanho relativo da dívida pública associada à taxa de câmbio, em um momento de fortes depreciações do real, e o reconhecimento de passivos contingentes, acabaram fazendo com que a relação dívida/PIB não diminuísse.
- Tanto em janeiro de 1999 quanto no segundo semestre de 2002, mais de 30% da dívida pública interna estava indexada ao câmbio.
- Foram dois momentos de forte depreciação do real.



# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Governo Lula (2003- 2010)**
  - Os anos Lula, de 2003 até 2010, caracterizaram-se por uma fase de “controle do endividamento”, com progressiva redução da importância relativa do endividamento público.
    - Excessão feita ao ano de 2009.



# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Governo Lula (2003- 2010)**

- A manutenção da política de geração de superávits primários iniciada em 1999 foi fundamental para isso.
- Adicionalmente, a economia brasileira passou a apresentar taxas de crescimento mais elevadas, aumentando assim a arrecadação, durante o período 2003-2008 (forte crescimento da economia mundial).

# Caracterização dos Resultados Fiscais em Períodos

- **O Governo Dilma 1 (2011- 2014)**
  - Finalmente, durante o primeiro governo Dilma, houve um descontrole das contas públicas, com a média das NFSP atingindo 3,76% do PIB (6,71% do PIB em 2014), o que fez com que a DLSP voltasse a aumentar.
    - Chama a atenção a deterioração do resultado primário durante o período, com um déficit de 0,63% do PIB em 2014 e 1,89% em 2015.
    - Esse resultado piorou muito durante o Governo Dilma 2.



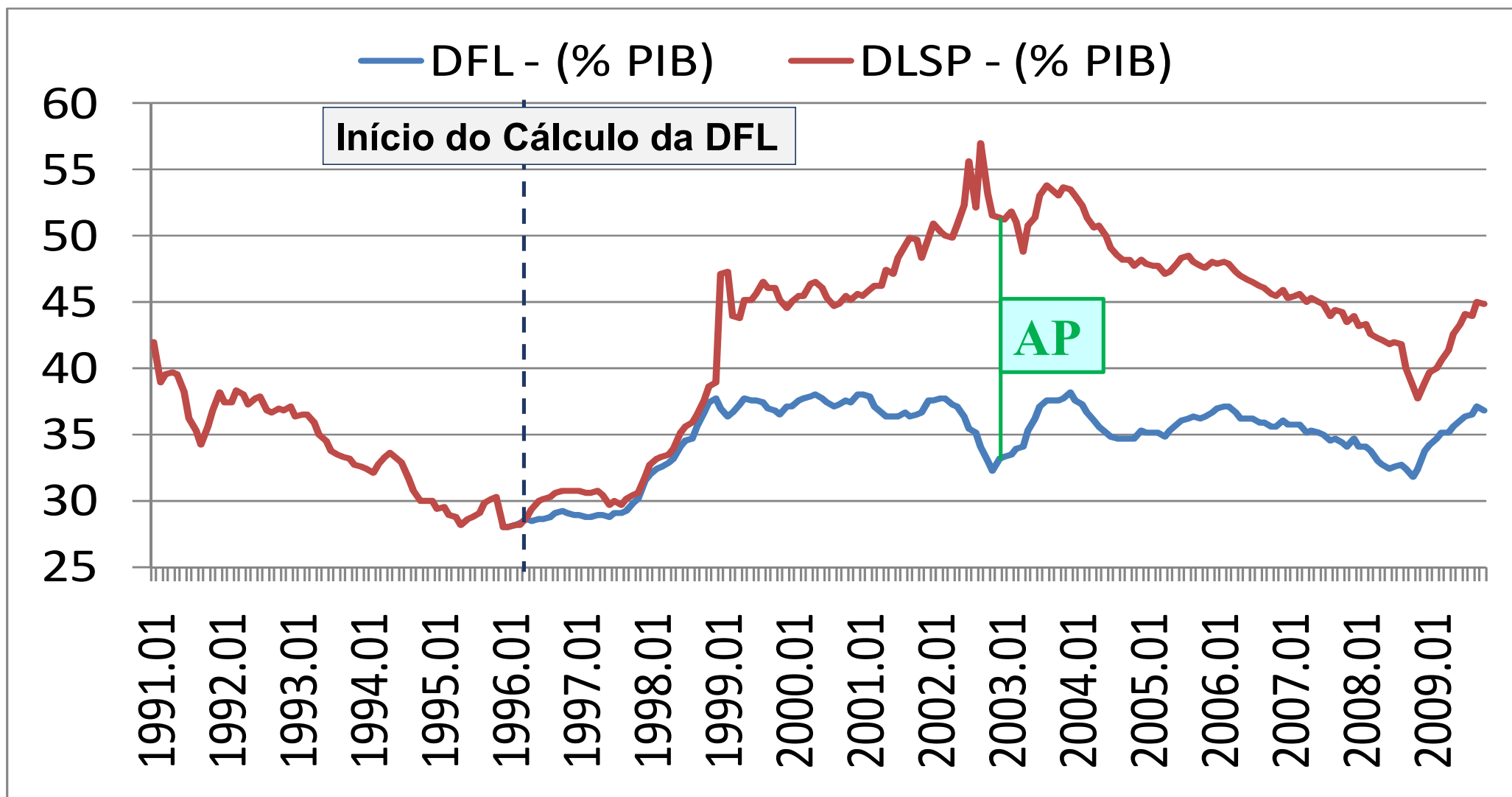
# Contas Públicas: O Caso Brasileiro

- Cabe salientar que o ajuste fiscal iniciado em 1999 esteve, durante todo o período, concentrado no aumento da carga tributária, principalmente através das contribuições (Cofins, CPMF (até 2007), etc).
  - Durante esse período a carga tributária aumentou consideravelmente.
  - Durante esse período os gastos correntes do governo aumentaram muito como proporção do PIB, principalmente os chamados gastos sociais.
- **Vamos ver alguns dados fiscais da economia brasileira.**





# O Efeito do Ajuste Patrimonial





## Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário				JN	Nominal
	GC	EM	EE	Total		
1985-1989	-0.40	0.10	1.00	0.70	n.d	n.d
1990-1994	1.60	0.60	0.60	2.80	n.d	n.d
1995-1998	0.30	-0.40	-0.10	-0.20	6.00	-6.20
1999-2002	1.90	0.60	0.80	3.30	7.30	-4.00
2003-2006	2.50	0.90	0.70	4.10	7.30	-3.20
2007	2.29	1.15	0.01	3.45	6.40	-2.95
2008	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	-2.04
2009	1.31	0.65	0.04	2.00	5.28	-3.28
2010	2.09	0.55	0.06	2.70	5.18	-2.48

GC = governo central, EM = estados e municípios, EE = empresas estatais e JN = juros nominais.



## Resultado Fiscal (% PIB) - Fonte: BCB

	Primário					
	GC	EM	EE	Total	JN	Nominal
<b>2011</b>	<b>2.25</b>	<b>0.80</b>	<b>0.07</b>	<b>3.12</b>	<b>5.71</b>	<b>-2.59</b>
<b>2012</b>	<b>1.96</b>	<b>0.49</b>	<b>-0.06</b>	<b>2.39</b>	<b>4.86</b>	<b>-2.47</b>
<b>2013</b>	<b>1.55</b>	<b>0.34</b>	<b>-0.01</b>	<b>1.88</b>	<b>5.14</b>	<b>-3.26</b>
<b>2014</b>	<b>-0.4</b>	<b>-0.15</b>	<b>-0.08</b>	<b>-0.63</b>	<b>6.08</b>	<b>-6.71</b>
<b>2015</b>	<b>-1.98</b>	<b>0.16</b>	<b>-0.07</b>	<b>-1.89</b>	<b>8.50</b>	<b>-10.39</b>
<b>2016</b>	<b>-2.54</b>	<b>-0.04</b>	<b>0.04</b>	<b>-2.54</b>	<b>6.50</b>	<b>-9.04</b>
<b>2017</b>	<b>-1.80</b>	<b>0.10</b>	<b>0.00</b>	<b>-1.70</b>	<b>6.10</b>	<b>-7.80</b>
<b>2018</b>	<b>-1.70</b>	<b>0.00</b>	<b>0.10</b>	<b>-1.60</b>	<b>5.40</b>	<b>-7.00</b>
<b>2019</b>	<b>-1.20</b>	<b>0.20</b>	<b>0.20</b>	<b>-0.80</b>	<b>5.00</b>	<b>-5.80</b>
<b>2020</b>	<b>-9.80</b>	<b>0.50</b>	<b>0.00</b>	<b>-9.30</b>	<b>4.10</b>	<b>-13.40</b>
<b>2021</b>	<b>-0.40</b>	<b>1.10</b>	<b>0.00</b>	<b>0.70</b>	<b>5.00</b>	<b>-4.30</b>
<b>2022</b>	<b>0.60</b>	<b>0.70</b>	<b>0.10</b>	<b>1.40</b>	<b>6.00</b>	<b>-4.60</b>

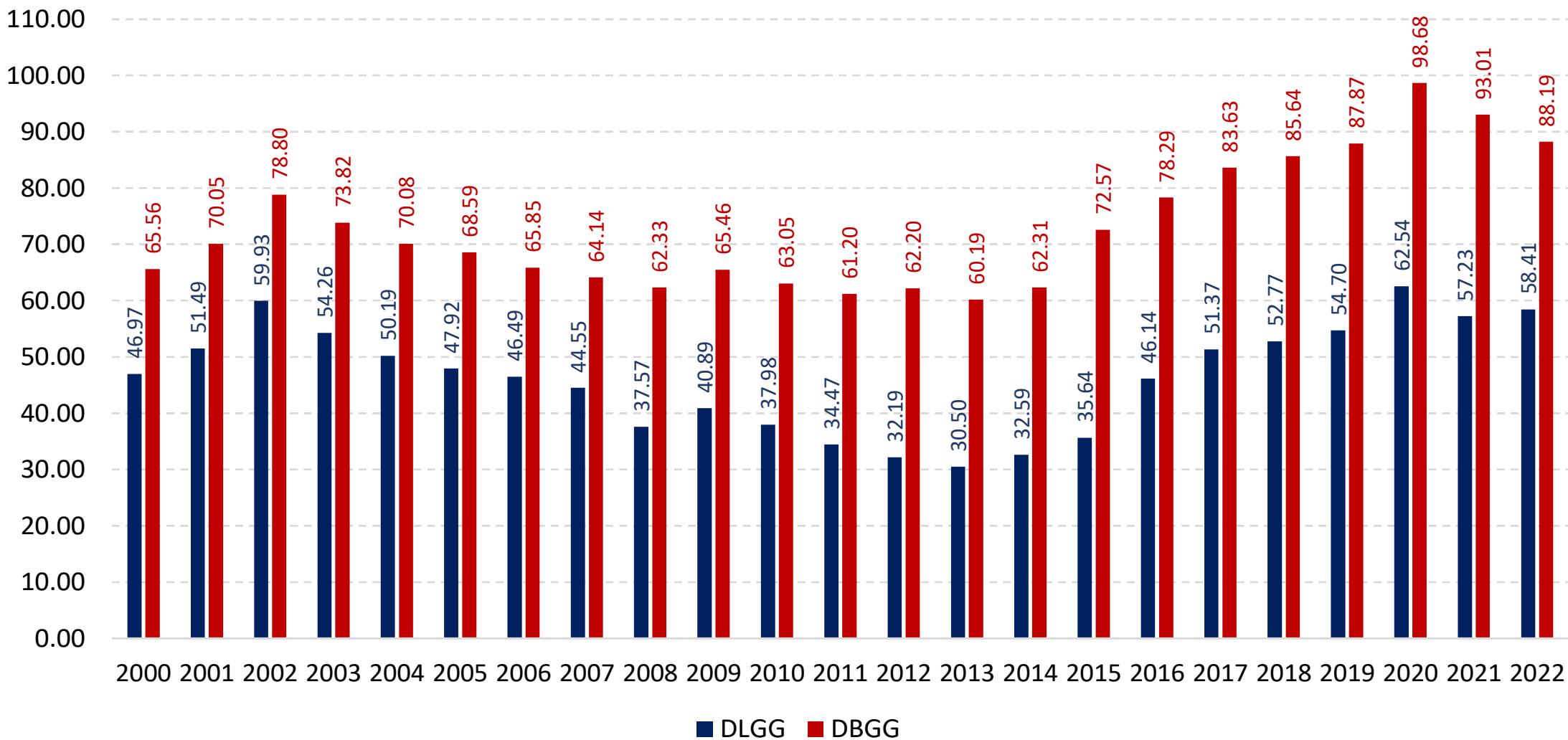


## DLSP (% PIB) - Brasil - Dados Mensais - BCB



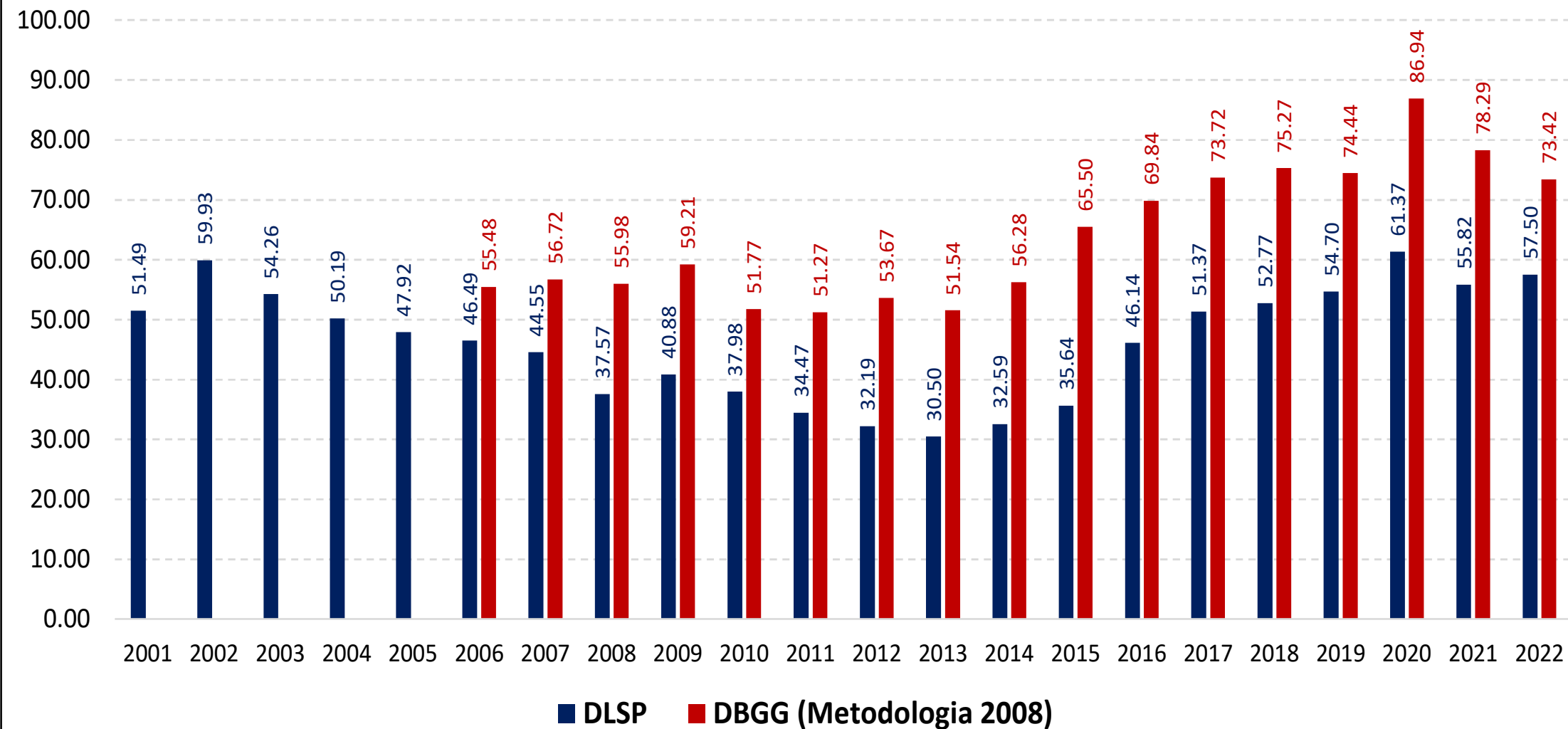


## DBGG x DLGG (% PIB) - Brasil - Fonte: FMI



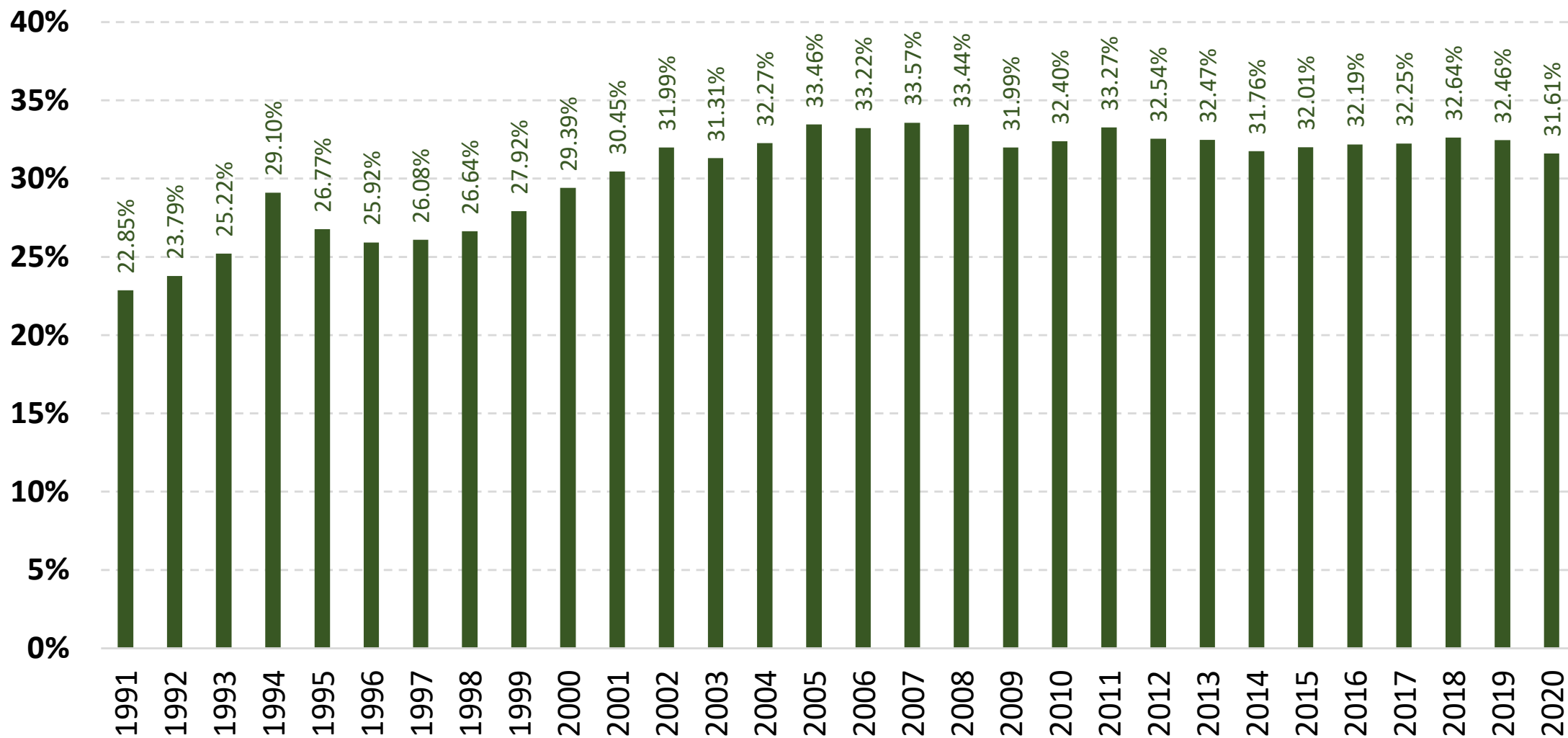


## DBGG e DLSP (% PIB) - Brasil - Fonte: BCB





# CTB (% PIB) - Brasil - OCDE





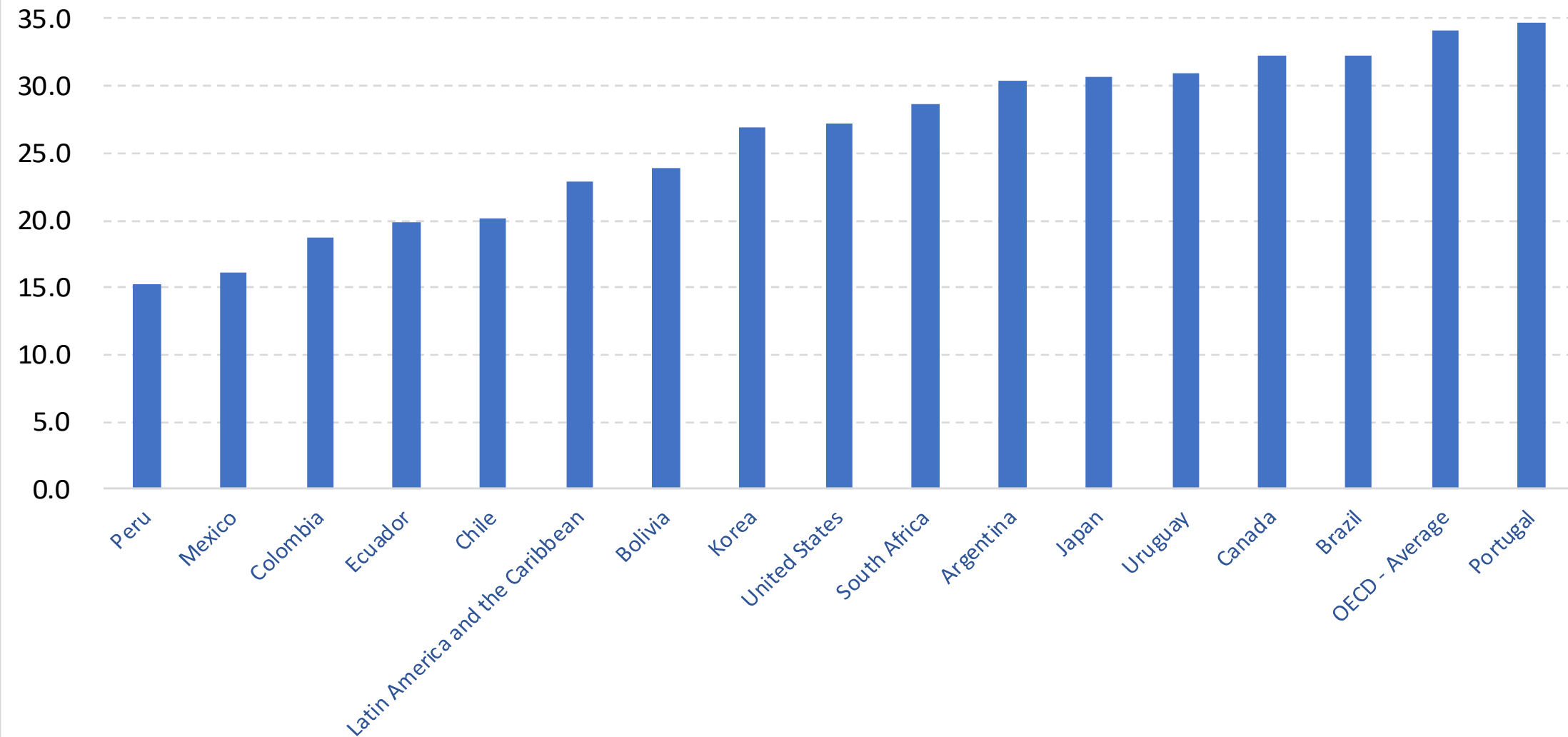
# Observação

- Segundo os dados da RFB a carga tributária no Brasil é quase 34% do PIB.
- A utilização dos dados da OCDE é importante para podermos efetuar comparações internacionais.
  - Considerando algumas receitas extraordinárias (temos aqui algum problema de falta de homogeneidade), a CTB (divulgada pela OCDE), ultrapassa 34% do PIB no Brasil (2017).



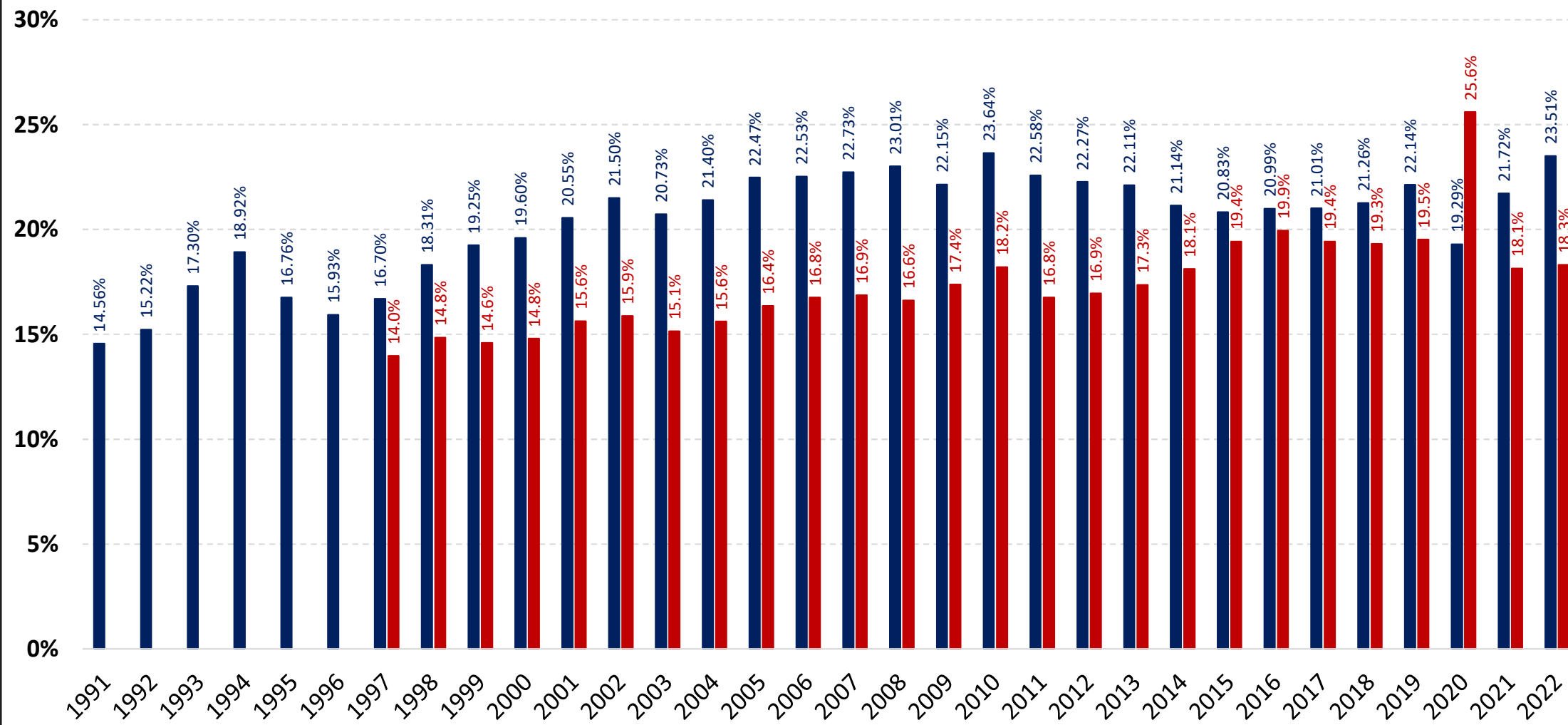


## Carga Tributária Bruta (% PIB) - OCDE - 2019





# Governo Central do Brasil - Receita Total e Despesa Primária - STN (% PIB)



■ Receita Total - Governo Central (% PIB) - Fonte: STN

■ Despesa Total Primária - Governo Central (% PIB) - Fonte: STN



# O Crescimento das Despesas Primárias

- Quais as despesas primárias que mais cresceram nas últimas décadas?

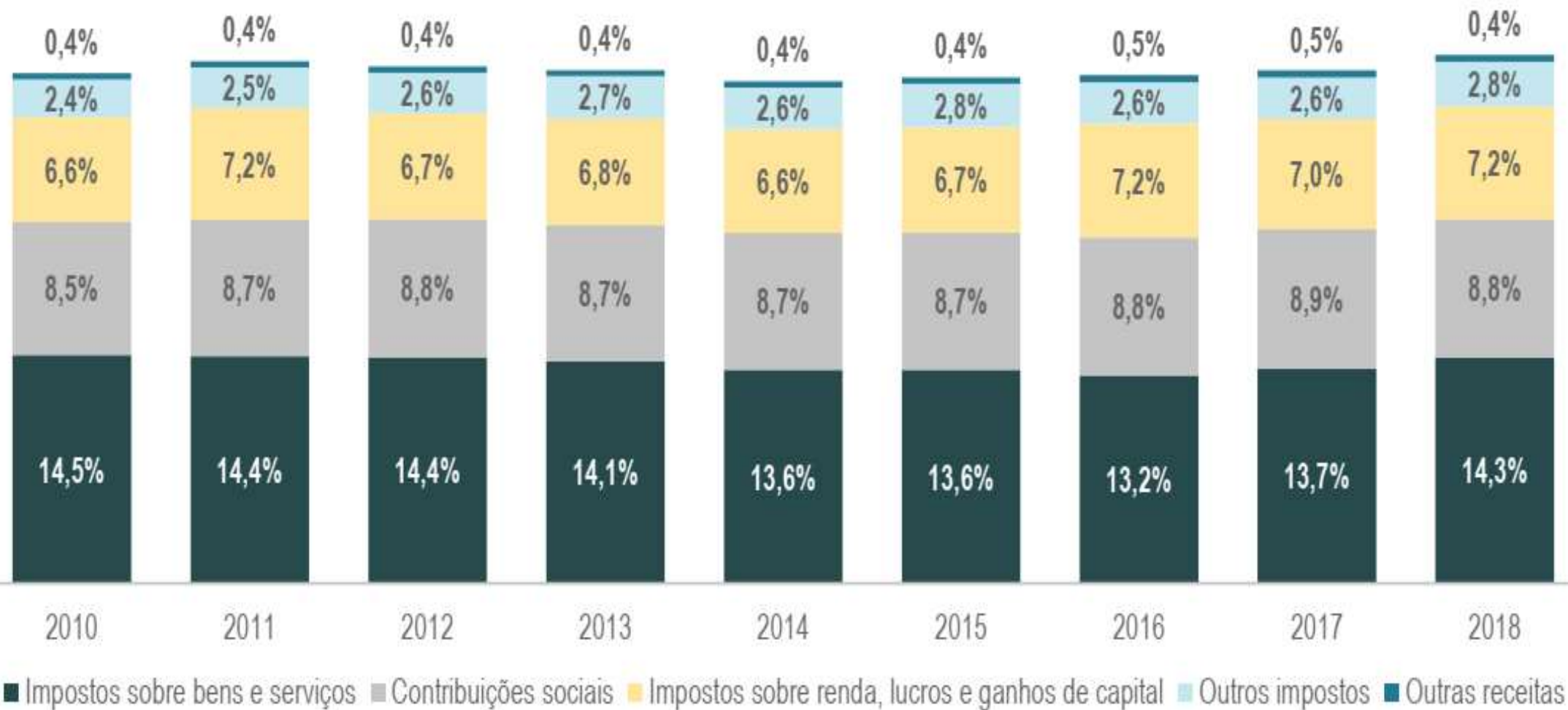


# Carga Tributária (% do PIB) - STN





# Estrutura da Carga Tributária (% do PIB) - STN





# Competência Tributária

- **Tributos Federais**
  - IR (PF e PJ) } FPE = 21,5%
  - IPI } FPM = 23,5%
  - Imposto de Importação
  - IOF
  - Cofins (faturamento – cumulativo até 2003)
  - PIS (Receita Operacional Bruta)
  - CSLL (Faturamento/Lucro)
  - CPMF (até 2007)
  - CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico)
    - Produtor e importador de combustíveis
  - Contribuição para a Previdência Social
  - ITR



# Competência Tributária

- **Tributos Estaduais**
  - **ICMS**
  - **IPVA (propriedade)**
  - **Transmissão de Bens**
  - **Adicional de IR – Renda de Capital**
- **Tributos Municipais: IPTU, ISS, Transmissão *Inter vivos***



# Tributos Federais

Tributos Federais (% Total)	2018
Imposto de Importação	4.49%
IPI	6.12%
Imposto sobre a Renda	40.08%
IOF	4.06%
COFINS	27.78%
PIS/PASEP	7.31%
CSLL	8.68%
CPMF	0.00%
CIDE Combustíveis	0.44%
Outras Administradas pela RFB	1.03%





# Observações

- Não inclui as receitas oriundas da Previdência Social e do Banco Central.
- A receita com a CPMF deixou de existir em 2007, mas chegou a representar 0,35% do total das receitas correntes da União.



# Exercícios



**1) Assinale V ou F em cada uma das afirmativas abaixo, explicando a sua resposta.**

- a) Sempre que a taxa real de juros incidente sobre a dívida superar a taxa de crescimento do PIB a razão dívida/PIB aumentará.
- b) Quanto maior a razão dívida/PIB em  $t-1$ , maior será o crescimento da razão dívida/PIB.
- c) A depreciação do Real frente ao Dólar, considerando nossas estatísticas fiscais de 2022, aumenta a DBGG e reduz a DLSP.
- d) O aumento de 1 ponto percentual na taxa Selic aumenta a despesa com juros em 1 ponto percentual.



a) Sempre que a taxa real de juros incidente sobre a dívida superar a taxa de crescimento do PIB a razão dívida/PIB aumentará. **F (não necessariamente!)**

$$\frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = (r - g_{y_t}) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$

- Se a taxa real de juros incidente sobre a dívida superar a taxa de crescimento do PIB, a razão dívida/PIB aumentará, caso o superávit primário em relação ao PIB inexistente (ou seja muito pequeno).
  - Logo, tal afirmação depende do tamanho do superávit primário/PIB.

$$\frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = (0,08 - 0,05) 0,5 - 0,05 \Rightarrow \frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = -0,035 \rightarrow -3,5 p.p.$$



b) Quanto maior a razão dívida/PIB em t-1, maior será o crescimento da razão dívida/PIB. **V**

$$\frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = \left( r - g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$

- A maior razão dívida/PIB, *ceteris paribus*, aumenta o crescimento da razão dívida/PIB.
  - Motivo: maior será a despesa com juros e, com isso, maior o déficit.



- c) A depreciação do Real frente ao Dólar, considerando nossas estatísticas fiscais de 2022, aumenta a DBGG e reduz a DLSP. **V**
- A dívida governamental pode ser dividida em interna e externa. Logo, quando a taxa de câmbio se altera o valor da dívida em reais se altera.
    - No caso da DBGG, uma depreciação do real (apreciação do dólar) aumentará o valor da dívida governamental em reais.
    - No caso da DLSP, uma depreciação do real (apreciação do dólar) diminuirá o valor da dívida governamental em reais, pois a DLSP é calculada considerando o valor das reservas internacionais do Bacen, que superam a dívida externa governamental. Logo, quando o dólar se aprecia, sendo o governo credor líquido em moeda estrangeira, teremos uma redução da dívida em reais.



- d) O aumento de 1 ponto percentual na taxa Selic aumenta a despesa com juros em 1 ponto percentual. **F**
- A taxa de juros incidente sobre a dívida não é a Selic. Como vimos, apenas parte da dívida governamental está indexada à Selic.



2) Suponha um país que em um determinado ano teve uma taxa de juros real de 3% a.a. e um superávit fiscal primário igual a 4% do PIB. Calcule a taxa de crescimento real anualizada do PIB (% a.a.), sabendo que ao longo do ano houve uma queda de 50% para 45% na razão dívida/PIB. Use a aproximação  $(1+r)/(1+g) \approx 1+r-g$ . Agora que você calculou, explique o resultado encontrado.

- **A dívida do governo no final do ano  $t$  é dada por:**

$$D_t^g = (1+r)D_{t-1}^g + G_t + Tr_t + I_t^g - T_t$$

- Dividindo todos os valores pelo PIB do ano  $T$  podemos obter a razão dívida/PIB.





- Como acabamos de ver, a variação da razão dívida/PIB pode ser escrita, de forma aproximada, da seguinte forma.

$$\frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = (r - g_{y_t}) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$

$$0,45 - 0,50 = (0,03 - g_{y_t}) 0,5 - 0,04$$

$$\frac{-0,05 + 0,04}{0,5} = (0,03 - g_{y_t}) \rightarrow g_{y_t} = 0,05 \rightarrow 5\%$$

- Note que o resultado é intuitivo: a taxa de crescimento do PIB é maior que a taxa real de juros incidente sobre a dívida. Com isso, a razão dívida/PIB aumentaria somente se houvesse déficit primário, mas o resultado primário foi superavitário.



### 3) FGV - 2023 - Auditor do Estado (CGE SC)/Economia

- Existem vários conceitos para mensurar o déficit público. Um conceito amplamente utilizado é o de Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP). Considerando NFSP, assinale a opção que indica o conceito corretamente descrito.
  - a) No conceito nominal, engloba-se qualquer demanda de recursos pelo setor público, inclusive despesas financeiras.
  - b) No conceito primário, incluem-se apenas as receitas e despesas financeiras.
  - c) O conceito operacional mede o esforço fiscal do governo, ao apurar apenas a receita tributária e os investimentos separados da dívida pública.
  - d) No conceito operacional, exclui-se a correção monetária, mas considera-se a correção cambial sobre os títulos públicos, como forma de medir o impacto cambial sobre o déficit fiscal.
  - e) Pelo método “acima da linha”, mede-se o tamanho do déficit (NFSP) pelo lado do financiamento, isto é, pela forma como foi financiado e não pela forma como foi gerado.



## 4) FGV - 2023 - Auditor do Estado (CGE SC)/Economia

- Em relação à dinâmica da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) ou das Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP), assinale a afirmativa **incorreta**.
  - a) Uma desvalorização cambial eleva a DLSP, se o governo for devedor em moeda estrangeira.
  - b) O reconhecimento de dívidas antigas (“esqueletos”) aumenta a DLSP, sem impactar o déficit.
  - c) O cálculo da DLSP inclui a dívida líquida do Tesouro Nacional, INSS, Banco Central, entes subnacionais e empresas estatais.
  - d) O cálculo da NFSP precisa levar em conta a receita de privatização, quando existir.
  - e) O cálculo da NFSP precisa conhecer a variação da DLSP, em função dos dados informados ao Tesouro Nacional pelo sistema financeiro.



## 5) FGV - 2023 - Auditor do Estado (CGE SC)/Economia

Em relação ao resultado (necessidades de financiamento) do governo central “acima da linha”, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (**V**) ou falsas (**F**):

(**V**) A contabilização da receita é feita pelo conceito de apropriação da Receita Federal, e não pelo efetivo ingresso de recursos na Conta Única do Tesouro Nacional.

(**V**) A contabilização da despesa não financeira leva em conta o pagamento efetivo e não a liquidação financeira, sendo esta relevante para a contabilidade da execução financeira.

(**F**) A contabilização da despesa financeira é feita pelo critério de caixa, ao contrário da execução financeira, que se baseia no critério competência.



• As afirmativas são, **respectivamente**,

a) **V, V e V.**

**b) V, V e F.**

c) **V, F e F.**

d) **F, V e V.**

e) **F, F e F.**



## 6) FGV - 2023 - Auditor do Estado (CGE SC)/Economia

Relacione cada regra fiscal com sua respectiva característica.

1. Dívida
2. Despesa
3. Resultado Nominal (Não Estrutural)
4. Receita

( **1** ) Faz ligação direta com a sustentabilidade da dívida pública, apesar de ser pouco operacional no curto prazo.

( **2** ) Apresenta propriedades anticíclicas, mas pode afetar negativamente a qualidade do gasto, além de não ter ligação direta com a sustentabilidade da dívida.

( **3** ) Apresenta diretriz operacional clara e ligação com a sustentabilidade da dívida, mas pode estimular política fiscal pró-cíclica e busca por receitas extraordinárias.

( **4** ) Ajuda a definir o tamanho do governo, mas apresenta fraca ligação com a sustentabilidade da dívida, além de estar sujeita a fatores fora do controle do governo.



- Assinale a opção que indica a relação **correta**, na ordem apresentada.

- a) 1, 2, 3 e 4.
- b) 1, 3, 2 e 4.
- c) 2, 1, 4 e 3.
- d) 3, 2, 4 e 1.
- e) 4, 2, 3 e 1.



## 7) FGV - 2023 - Auditor do Estado (CGE SC)/Economia

Em relação à evolução das finanças públicas entre 2002 e 2014, analise afirmativas a seguir:

- V I.** A Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) caiu de aproximadamente 60% do PIB em 2002 para menos de 35% em 2014.
- V II.** O percentual de títulos pré-fixados em relação à dívida monetária federal aumentou consideravelmente no período, com aumento da relevância dos títulos de longo prazo.
- V III.** A apreciação real da taxa de câmbio reduziu a dívida externa, com o setor público passando a se tornar credor líquido.





• Está **correto** o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.



## 8) VUNESP - 2023 - Auditor de Controle Externo (TCM SP)/Economia

- Quando os gastos do governo superam as receitas, configura-se um déficit público. O déficit nominal é uma das definições utilizadas, que significa
  - a) o excesso das despesas correntes sobre as receitas correntes do governo, exceto os juros das dívidas interna e externa.
  - b) o excesso das despesas correntes e de capital sobre as receitas correntes do governo, mais os juros sobre a dívida interna e externa.
  - c) o excesso das despesas correntes e de capital sobre o total das receitas do governo, exceto os juros e a correção monetária sobre as dívidas interna e externa.
  - d) o excesso das despesas correntes sobre o total das receitas correntes.
  - e) o excesso das despesas correntes e de capital sobre as receitas correntes do governo, mais os juros e a correção monetária sobre as dívidas interna e externa.



## 9) FGV - 2023 - Conselheiro Substituto (TCE ES)

- Diante da preocupação com os déficits públicos persistentes e com a elevada dívida pública brasileira, a hipótese dos déficits gêmeos:
  - a) não é considerada uma razão para implementação de regras fiscais, apesar de se referir ao aumento sistemático dos déficits orçamentários;
  - b) relaciona-se à presença de déficit público implicando aumento do déficit em transações correntes, devido à tendência de apreciação da taxa de câmbio real;

**Excesso de absorção sobre a produção ( $CC = Y_{PNB} - (C + I + G)$ )**

- c) relaciona-se à redução do déficit público nominal e operacional por meio da queda real nos gastos públicos provocada pelas altas taxas de inflação;
- d) se refere à redução da arrecadação tributária provocada pela alta taxa de inflação e da defasagem entre o fato gerador do imposto e de sua efetiva arrecadação;
- e) implica o aumento do déficit operacional juntamente com a redução do déficit primário, resultado do esforço fiscal e da conseqüente redução da taxa de juros real da economia.



## 10) CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Perito Criminal (POLC AL)/Ciências Contábeis, Ciências Econômicas ou Administração

- Com relação à economia brasileira e ao setor público brasileiro, julgue o seguinte item.
- As informações sobre as necessidades de financiamento do setor público são calculadas a partir da variação da dívida líquida do setor público (DLSP), por meio do critério conhecido como abaixo da linha.

Certo

Errado



## 11) FGV - 2023 - Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil/Geral

- Seja NFSP = Necessidades de Financiamento do Setor Público, G = Gastos Públicos Não Financeiros, T = Arrecadação Não Financeira, i = taxa nominal de juros, r = taxa real de juros, B = estoque de títulos públicos,  $\pi$  = taxa de inflação
- Em relação aos conceitos de déficit fiscal ou dívida pública, **não** é correto afirmar que
  - a) NFSP nominal =  $G - T + iB$ .
  - b) NFSP operacional =  $G - T + rB$ .
  - c) NFSP nominal = Variação de B – Emissão Monetária.**
  - d) NFSP primário =  $G - T + iB - [(1+r) \cdot (1+\pi) - 1] B$ .
  - e) NFSP primário = Gastos Públicos Não Financeiros – Arrecadação Não Financeira.



## 12) VUNESP - 2023 - Economista (CAMPREV)

- Em um determinado ano, as receitas do governo totalizaram R\$ 800 milhões e as despesas R\$ 900 milhões. Sabe-se que a dívida pública é R\$ 1 bilhão e o déficit operacional foi de R\$ 200 milhões. Podemos concluir que:
  - a) a taxa de inflação foi de 10% ao ano.
  - b) a taxa de juros nominal foi de 20% ao ano.
  - c) a taxa de juros nominal foi igual a taxa de inflação.
  - d) a taxa de juros real foi igual a taxa de juros nominal.
  - e) a taxa de juros real foi de 10% ao ano.



## 13) CEBRASPE (CESPE) - 2023 - Analista Judiciário 02 (TJ ES)/Apoio Especializado/Economia

- De acordo com o Banco Central do Brasil, o setor público consolidado obteve, em 2022, um superávit primário de R\$ 126 bilhões. No mesmo período, os juros nominais do setor público, apropriados pelo critério de competência, alcançaram R\$ 586 bilhões.
  - *Banco Central do Brasil. **Estatísticas fiscais:** nota para a imprensa, 30/1/2023.*



- Considerando essas informações e os conceitos de contabilidade fiscal, julgue o próximo item.
- A dívida bruta do governo geral abrange o total dos débitos de responsabilidade do governo federal, dos governos estaduais e dos governos municipais, junto ao setor privado, ao setor público financeiro e ao resto do mundo, incluindo os débitos de responsabilidade das empresas estatais nas três esferas de governo.

( ) Certo

(X) Errado





## 14) CEBRASPE - 2023 - Analista Regulador (AGER MT)/Economia

- Acerca dos conceitos de déficit e dívida pública, assinale a opção **correta**.
  - a) O resultado primário do setor público é a relação entre o somatório das receitas correntes e de capital no orçamento estatal e as despesas nominais menos os juros nominais incidentes sobre a dívida pública consolidada.
  - b) A dívida pública corresponde ao total da dívida do setor público não financeiro e do Banco Central do Brasil (BACEN) com o setor financeiro privado, o setor privado não financeiro e com o resto do mundo, menos a soma dos créditos do setor público não financeiro e do BACEN.
  - c) A necessidade de financiamento do setor público corresponde ao montante de recursos que o setor público consolidado não financeiro necessita captar, com o setor privado, com o setor público financeiro e com o resto do mundo, para fazer face aos seus dispêndios, em razão da insuficiência de suas receitas fiscais.



- d) A dívida pública mobiliária do governo corresponde ao somatório dos títulos públicos emitidos pelo BACEN e pelas instituições financeiras estatais, além dos títulos emitidos pelo tesouro nacional, excluídos os destinados ao parcelamento de débitos com fornecedores do setor público.
- e) Uma alternativa que o governo tem para financiar o seu déficit nominal no orçamento público é a senhoriagem, que representa a relação entre inflação e saldos monetários reais.



## 15) FGV - 2022 - Consultor Legislativo (SEN)/Assessoramento Legislativo/Política Econômica e Finanças Públicas

- As principais medidas de ajuste dos gastos públicos em caso de desequilíbrio orçamentário são: teto de gastos, regra de ouro e meta fiscal. Relacione cada medida com sua respectiva característica.
  1. Teto de Gastos.
  2. Regra de Ouro.
  3. Meta de Resultado Primário.

( **3** ) Controle de gastos feito pelo governo para manter a dívida pública sob controle, sendo definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e aprovada pelo Legislativo.

( **1** ) Não entram na base de cálculo repasses para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

( **2** ) Proíbe o governo de se endividar para pagar despesas como aposentadorias, salários, benefícios e contas para custeio da máquina pública.



- Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

a) 1 – 2 – 3.

b) 2 – 1 – 3.

c) 2 – 3 – 1.

d) 3 – 2 – 1.

e) 3 – 1 – 2.



## 16) FGV - 2022 - Consultor do Tesouro Estadual (SEFAZ ES)/ Econômicas

- Considere as seguintes nomenclaturas:
  - NFSP = Necessidade de Financiamento do Setor Público;
  - $c_n$  (subscrito) = conceito nominal;
  - $c_o$  (subscrito) = conceito operacional;
  - G = Gastos públicos não financeiros;
  - T = Arrecadação não financeira;
  - B = Estoque da dívida pública;
  - $i$  = taxa nominal de juros;
  - $r$  = taxa real de juros =  $i - \pi$ ;
  - $\pi$  = inflação.



NFSP<sub>co</sub> é igual a

- a) NFSP<sub>cn</sub> -  $\pi$ B.
- b)  $G - T$ .
- c)  $G - T + iB$ .
- d)  $G - T + (r + \pi)B$ .
- e) Déficit Primário - NFSP<sub>cn</sub> -  $\pi$ B



## **17) FGV - 2022 - Auditor Federal de Finanças e Controle (CGU)/ Auditoria e Fiscalização/Geral**

- Um auditor de controle interno está elaborando um relatório de auditoria com a finalidade de acompanhar a gestão fiscal do Poder Executivo Federal para o atingimento da meta de resultado primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O auditor se depara com diversas planilhas que contêm indicadores de dívida, déficit, juros, fontes de financiamento do gasto público, entre outras informações referentes à situação fiscal do setor público.



Nesse contexto, é **correto** afirmar que:

- a) uma medida importante de desempenho fiscal em ambientes de baixa inflação é o déficit operacional porque identifica os focos de desequilíbrio nos fluxos de receitas e despesas financeiras, sendo considerado um método abaixo da linha;
- b) a implementação da regra fiscal de teto dos gastos públicos, com meta de crescimento das despesas primárias do governo, tem a intenção de impedir que a trajetória da dívida pública se torne insustentável, contribuindo para melhorar os índices de confiança na economia;
- c) como o cálculo da dívida fiscal líquida (DFL) engloba a política de emissão de dívida pública pelo Tesouro para conceder créditos ao BNDES, o cômputo da necessidade de financiamento do setor público deve ser realizado pela variação da dívida líquida do setor público (DLSP);





- d) a receita total de senhoriagem é a principal fonte de financiamento do déficit público em contextos inflacionários e representa a parte dos encaixes reais demandada pelo público devido ao crescimento econômico e à diminuição das transações econômicas, sendo também denominada imposto inflacionário;
- e) a dívida bruta do governo geral (DBGG) descreve a história fiscal de um país porque captura corretamente as decisões de política econômica que envolvem movimentos de ativos cuja contrapartida sejam alterações no endividamento do governo, sem considerar as operações compromissadas realizadas pelo Banco Central do Brasil para gerenciar a liquidez do sistema financeiro.



## 18) FCC - ALE AP - Analista Legislativo Atividade Orçamentária e Financeira e de Controle Interno - Área: Economista - 2020

- A condição de equilíbrio da relação Dívida Pública/PIB é dada pela fórmula
  - $h = d \cdot [(i - g) / (1 + g)] - s$  , onde:
- $h$  = superávit primário do setor público como proporção do PIB
- $d$  = relação dívida bruta do setor Público/PIB
- $g$  = taxa de variação percentual do PIB nominal
- $i$  = taxa nominal de juros
- $s$  = razão senhoriagem/PIB



A fórmula indica o superávit primário (como proporção do PIB) requerido para estabilizar a relação dívida/PIB, ou superávit primário de equilíbrio. Com base nesta fórmula,

- a) uma elevação da relação dívida/PIB causada exclusivamente por pagamentos dos serviços de juros sobre o estoque da dívida reduz o superávit primário de equilíbrio.
- b) na ausência de receitas de senhoriagem, se a taxa de crescimento da economia exceder a taxa de juros nominal, o governo pode praticar déficits fiscais sistemáticos, sem ameaçar a estabilidade da dívida.
- c) a emissão primária de moeda é uma alternativa prioritária para a estabilização da dívida, dada seu efeito sobre as receitas de senhoriagem.
- d) a venda de ativos do Estado, como reservas internacionais e empresas estatais, se permitida legalmente para fins de amortização da dívida pública, elevam o esforço fiscal necessário para estabilizar a razão dívida/PIB.
- e) crescimento econômico causado por melhorias na produtividade geral da economia eleva, ceteris paribus, o superávit primário que estabiliza a dívida pública.



## 19) CESGRANRIO - UNIRIO - Economista - 2019

- Em determinado país sem inflação, a dívida pública é de longo prazo, metade tendo sido contratada a taxas de juros prefixadas. A outra metade tem remuneração pós-fixada e referenciada à taxa de juros de curtíssimo prazo, do mercado de trocas de reservas interbancárias. Nesse país, cujo déficit público total está zerado, a razão entre o valor de mercado da dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) tende a



- a) aumentar, se a taxa de juros interbancária diminuir.
- b) aumentar, se houver uma desvalorização cambial da moeda doméstica em relação à estrangeira, sem alterações no PIB.
- c) diminuir, se o déficit do setor público aumentar, sem alterações no PIB.
- d) diminuir, se houver uma valorização cambial da moeda doméstica em relação à estrangeira, sem alterações no PIB.
- e) permanecer inalterado, se o PIB e a taxa de juros interbancária diminuírem.



## 20) FCC - SEFAZ PI - Analista do Tesouro Estadual - 2015

- Considere que a condição de equilíbrio da relação Dívida Pública/PIB, seja igual a fórmula:
  - $h = d \cdot [(i - y) / (1 + y)] - s$  , onde:
- $h$  = superávit primário do setor público, expresso como proporção do PIB
- $d$  = relação Dívida Pública/PIB
- $y$  = taxa de variação nominal do PIB
- $i$  = taxa nominal de juros
- $s$  = relação de senhoriagem/PIB



Essa fórmula indica que, em termos algébricos, o superávit primário como proporção do PIB, requerido para estabilizar a relação dívida/PIB, é uma função

- a) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.
- b) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem negativa.
- c) direta da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função inversa do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- d) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros nominal e uma função direta do crescimento nominal da economia e da razão senhoriagem/PIB.
- e) inversa da própria relação dívida/PIB e da taxa de juros real e uma função direta do crescimento nominal da economia e da senhoriagem negativa.



## 21) CEBRASPE (CESPE) - 2022 - Auditor do Estado (SECONT ES)/Administração

- Considerando a estrutura orçamentária brasileira e a evolução da dívida pública, julgue o item a seguir.
- Quando o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal aumentam o seu lucro, evidencia-se melhoria do resultado primário do setor público.

( ) Certo

(**X**) Errado

O déficit nominal representa a diferença entre o fluxo agregado de despesas totais e de receitas totais do setor público **não financeiro**, num determinado período (**Variação da DLSP**).





## 22) CEBRASPE (CESPE) - Aud (CAGE RS)/ SEFAZ RS/2018

- No contexto da política fiscal, pode-se sintetizar a matemática dos déficits e da dívida pública para acompanhar a evolução da razão dívida/PIB da seguinte forma:

$$\frac{B_t}{Y_t} - \frac{B_{t-1}}{Y_{t-1}} = (r - g) \frac{B_{t-1}}{Y_{t-1}} + \frac{G_t - T_t}{Y_t}$$

- Aqui, as taxas são obtidas pela aproximação  $\frac{(1-r)}{(1-g)} \cong (1 + r - g)$   
todas as variáveis estão em termos reais e t indica o tempo: ano t.  
Também:



$B_t$  = dívida pública no final do ano  $t$ ;

$Y_t$  = produto interno bruto (PIB.) do ano  $t$ ;

$r$  = taxa real de juros;

$g$  = taxa de crescimento do PIB;

$G_t$  = montante de gastos do governo com bens e serviços durante o ano  $t$ ;

$T_t$  = impostos menos transferências durante o ano  $t$ .



- Dessa forma, é correto afirmar que menor será a razão dívida/PIB final quanto
  - a) menor for a constante  $g$ .
  - b) maior for o déficit primário em razão do PIB.
  - c) maior for a constante  $r$ .
  - d) maior for  $g$  em relação a  $r$ .**
  - e) maior for o coeficiente de endividamento inicial.



## 23) BNDES - Economia 2011 – 50

Uma economia cresce sem inflação. A razão Dívida Pública ÷ Produto Interno Bruto ( $D \div PIB$ ) aumentará continuamente se não houver um valor mínimo de *Superávit Primário (S) do setor público, expresso em relação ao Produto Interno Bruto* ( $S \div PIB$ ). Não ocorrendo alteração nas demais variáveis relevantes, esse valor mínimo de  $S \div PIB$  será menor se o(a)

- **OBS.** caso houvesse inflação, como  $r = i - \pi$ , neste caso, um aumento da taxa de inflação reduziria a taxa real de juros incidente sobre a dívida.



- a) grau de abertura para o exterior da economia for menor.
- b) valor inicial da relação  $D \div \text{PIB}$  for maior.
- c) consumo privado em relação ao PIB for menor.
- d) taxa de juros da economia for menor.
- e) taxa de crescimento do PIB real da economia for menor.



$$\frac{D_t^g}{Y_t} - \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} = \left( r - g_{y_t} \right) \frac{D_{t-1}^g}{Y_{t-1}} + d_t$$

- A equação acima nos mostra que a relação (dívida/Pib) aumenta:
  - Quanto maior a taxa de juros incidente sobre a dívida.
  - Quanto menor a taxa de crescimento do PIB real.
  - Quanto maior o coeficiente de endividamento inicial.
  - Quanto maior o déficit primário em relação ao PIB.



## 24) BNDES - Economia 2011 - 48

De acordo com o Banco Central do Brasil, o setor público brasileiro, incluídas todas as esferas do governo, registrou *superávits primários correspondentes a 2,06 e 2,78% do PIB em 2009 e 2010, respectivamente.* Comparando-se esses dois resultados, conclui-se que



- a) o balanço de pagamentos do País foi superavitário em ambos os anos.
- b) o *superávit externo brasileiro aumentou de 2009 para 2010*.
- c) as contas públicas de cada uma das diversas esferas de governo do País foram superavitárias em ambos os anos.
- d) os gastos públicos aumentaram de 2009 para 2010.
- F** e) os recursos necessários ao pagamento dos juros da dívida pública aumentaram de 2009 para 2010.





- **Gabarito errado:**
  - O superávit primário pode aumentar com a despesa com juros caindo. Com isso, o déficit nominal seria menor. Portanto, não faz sentido falar em “recursos necessários”.
  - Nota: foi exatamente o que aconteceu
    - Despesa com juros em 2009 = 5,37
    - Despesa com juros em 2010 = 5,32
- Veja os dados a seguir



$$\left( G_t + Tr_t + I_t^g - T \right) + iD_{t-1}^g = D_t^g - D_{t-1}^g$$

	Resultado Primário				JN	NFSP
	GC	EM	EE	Total		
<b>2008</b>	2.35	1.01	0.06	3.42	5.46	2.04
<b>2009</b>	1.33	0.66	0.04	2.03	5.37	3.34
<b>2010</b>	2.14	0.56	0.07	2.77	5.32	2.55

DLSP % PIB			
	Interna	Externa	Total
<b>2008</b>	49.5	-11.0	38.5
<b>2009</b>	52.0	-9.2	42.8
<b>2010</b>	50.0	-9.8	40.2



## 25) CEBRASPE (CESPE) - Ana GRS (SLU DF)/SLU DF/Economia/2019

- Com relação à atuação do governo na economia, particularmente no endividamento público, julgue o item que se segue.
- Conceito adotado pelo Fundo Monetário Internacional, a necessidade de financiamento do setor público (NFSP) desconsidera os gastos com empresas estatais.

( ) Certo

(X) Errado

- **NFSP considera despesas menos receitas do governo central, governos estaduais, governos municipais e empresas estatais não financeiras.**
  - **Petrobrás e Grupo Eletrobrás saíram dessas estatísticas em 2009.**



## 26) CEBRASPE (CESPE) - Ana GRS (SLU DF)/SLU DF/Economia/2019

- A respeito da evolução do déficit público e da dívida pública, julgue o item a seguir.
- Apesar de aumentos consideráveis em anos de crise, o custo médio de captação da dívida tem-se apresentado nos menores níveis, tendo atingido, em 2018, o mínimo na série histórica, mantida desde 2006

Certo

Errado

- **Observem que a questão é de 2019.**
- **A taxa Selic tem diminuído nos últimos anos (hoje está em 2% a.a.).**
- **Claro, o custo de captação (endividar-se) diminuiu consideravelmente, principalmente quando comparamos com os períodos de crise, como 1997, 1998, 2002, 2007, 2014/15...**

# Taxa Selic Mensal Anualizada (%) - 1995-2020 - Fonte: Bacen





## 27) CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE-RO)/ TCE-RO/ Economia/2019

- No Brasil, a dívida pública tem passado por várias fases, gerando tanto elevação quanto diminuição da relação dívida/PIB, o que tem influenciado sobremaneira a qualidade de vida dos brasileiros. A respeito da relação dívida/PIB ao longo da história brasileira, assinale a opção **correta**.

a) O início da década de 80 do século passado foi um período de forte déficit fiscal e estagnação econômica, o que elevou a relação dívida/PIB.

- **A recessão do início da década de 1980 reduziu a arrecadação.**
- **A inflação reduziu a receita real do governo (Efeito-Tanzi).**

b) De 2003 a 2006, a relação dívida/PIB voltou a ficar em patamares semelhantes aos do início da década de 80 do século XX.



c) Nos primeiros anos da década de 90 do século passado, a relação dívida/PIB subiu substancialmente, já que a dívida pública passou de 20% do PIB para mais de 55% do PIB. **Somente no final da década de 1990**

d) No período de 1999 a 2002, a relação dívida/PIB voltou a diminuir.

**Aumentou (menos que no período anterior), muito em função do comportamento da taxa de câmbio.**

e) No período de 1995 a 1998 a relação dívida/PIB ficou praticamente estabilizada.

**Cresceu consideravelmente. Como vimos, as NFSP foram da ordem de 6,2% do PIB no período.**



## 28) CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE-RO)/ TCE-RO/ Economia/2019

- Acerca da carga tributária no sistema tributário brasileiro, assinale a opção **correta**.
- a) O Brasil possui um dos três maiores percentuais de carga tributária em relação ao PIB.
- b)** O nível da carga tributária brasileira é inferior ao dos países de renda per capita alta. **De alguns,..., é verdade.**

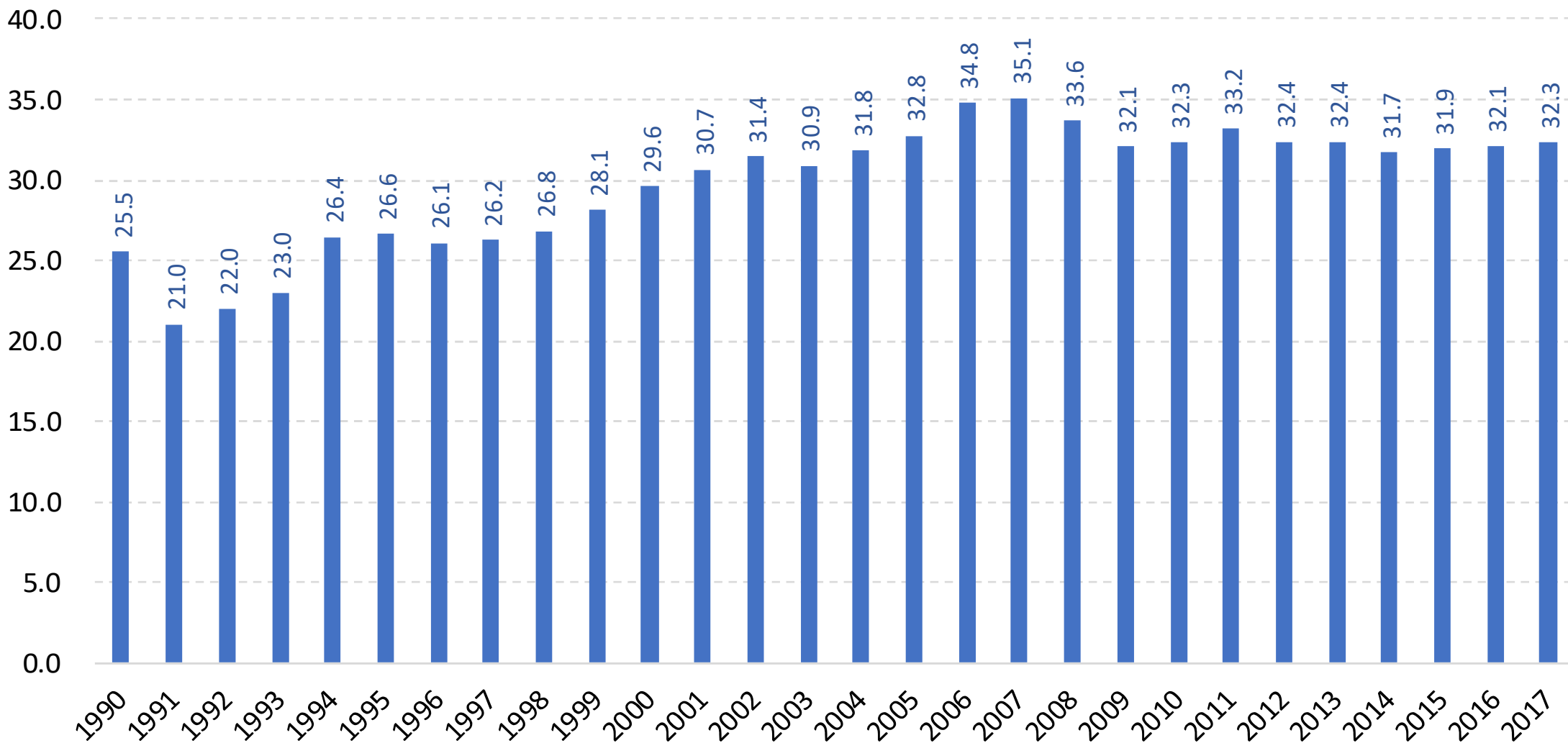
No período de 1991 a 2000, a carga tributária brasileira em relação ao PIB manteve-se relativamente constante. **Aumentou**

- a) Nos últimos 10 anos, houve um crescimento contínuo da carga tributária brasileira em relação ao PIB; nesse período o maior valor foi atingido em 2017. **Não cresceu em todos os anos.**
- b) O último ano em que a carga tributária recuou em relação ao PIB foi 2002; a partir daí, a tendência tem sido sempre de crescimento. **Recuou em 2014.**



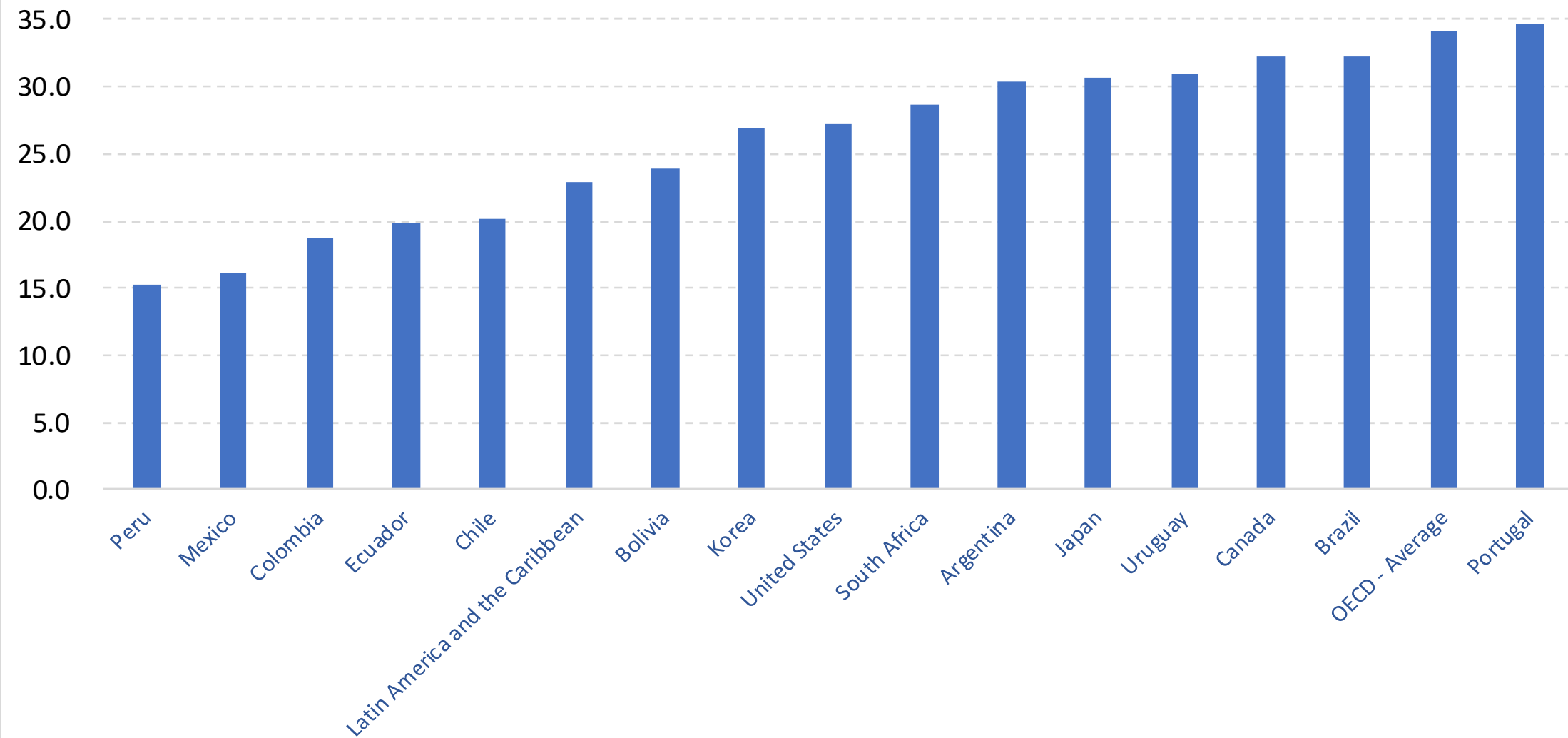


# Carga Tributária Bruta no Brasil (% PIB) - OCDE - Tax Revenue





## Carga Tributária Bruta (% PIB) - OCDE - 2017





## 29) CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEDf)/ SEDf/ Economia /2017

- Os gráficos precedentes apresentam, como percentual do produto interno bruto (PIB), a evolução das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), do resultado primário e da despesa com juros, conforme apuração do Banco Central do Brasil.
- A partir dessas informações e dos conceitos de contabilidade fiscal, julgue o item seguinte.
- As dívidas dos estados e dos municípios não são consideradas no cálculo da dívida bruta do governo geral (DBGG), razão pela qual o indicador não é adequado para comparar a dívida do Brasil com a de outros países, por subestimá-la.

( ) Certo

(X) Errado

- **Nos conceitos de DGG e DSP são consideradas as dívidas da união, estados e municípios.**
- **No caso da DSP consideramos também as estatais.**



## 30) CEBRASPE (CESPE) - Esp (FUNPRESP)/ FUNPRESP/ Benefícios/Atuária/2016

- Conforme números divulgados pelo Banco Central, nos últimos dois anos o resultado fiscal do setor público foi deficitário, o que resultou no aumento da dívida pública em termos de percentual do PIB. Julgue os itens a seguir, com relação à dívida pública e à necessidade de financiamento do governo.
- A relação dívida líquida-PIB registrou aumento contínuo a partir de 2003.

( ) Certo

(X) Errado





## DLSP (% PIB) - Brasil - Dados Mensais - BCB

